

Rev. Inst. Hist e Geogr. de
São Paulo - LXXVII

1989

DO 23 DE MAIO QUE EU VI E VIVI

Silveira Peixoto

Foi mesmo nas colunas de A GAZETA — o tradicional vespertino de São Paulo — que aconteceu a primeira falha de 22/23 de maio, assim, também, do Fogaréu Constitucionalista de 32. Com efeito, foi no 25 de janeiro — naquela clarinada magnífica de “Minha Terra! Minha Pobre Terra!”, o poema imortal que Ibrahim Nobre escreveu e Casper Líbero fez publicar, não obstante em toda a plenitude de seu domínio aquela ditadura do “curto período” (de muito longa duração).

★

Sim, foi no 22 — um domingo de céu azul, brunido, porcelanado — quando a centelha se fez fogueira sagrada. Começou com a notícia correndo bem depressa, todos sabendo que estava a caminho desta nossa Paulicéia, o então ministro da Fazenda Osvaldo Aranha. Vinha, mais uma vez, tratar de “resolver o caso paulista”. . . E efetivamente, havia, sim, um caso paulista — consequência da falta de tato com que alguns líderes de 30 insistiam nos desmandos, queriam tratar São Paulo como terra conquistada.

Algum tanto depois de meio-dia, circulou o volante convocando o povo para reunir-se às 15 horas, na Praça do Patriarca. Bem antes da hora marcada, o logradouro já estava numa grande imponência. Tomava-o por inteiro a multidão — e dali desbordava

para as ruas vizinhas. Sucediã-se os oradores, o marco então ali plantado feito tribuna. Ergueu-se nele, de repente, Ibrahim Nobre.

Não e não. Jamais poderíamos admitir qualquer transação com a ditadura. “São Paulo, pelo que sofreu, pelo que foi acintosamente humilhado, só poderia defrontá-la de beligerância para beligerância”. Um acordo “só poderia consolidar o Catete, robustecê-lo com Getúlio, trair a Pátria”. Perguntou o tribuno admirável “Que mais se espera?” Concitou: “Bastam palavras. Vamos à II Região”.



Eram 18 horas. Precedido de Bandeiras do Brasil e de São Paulo, o povaréu pôs-se em marcha. Como um só bloco, íamos todos firmes, resolutos. Cantávamos o Hino Nacional, erguíamos vivas a São Paulo e ao Brasil. Na Conselheiro Crispiniano, onde à época se achava o QG da II Região Militar (o supremo comando militar em São Paulo), Ibrahim falou e clamou logo e bem alto: “Acoimam-nos de separatistas! Mentira!” (1).

Frisou também: “Aqui estamos numa jornada de confraternização. Ou vocês, soldados estão conosco e recebem-nos e acolhem-nos, ou não estão e nesse caso sejam sinceros e mandem atirar-nos e matar-nos pela simples culpa de não querermos ser escravos!” Em voz pausada, decidida, fez-se ouvir o capitão Gastão Goulart. O Exército Nacional nunca poderia ser contra São Paulo e os paulistas — “os construtores desta obra gigantesca, que é o orgulho de nossa Pátria”.

As manifestações “atingem ao auge, no instante em que oficiais e soldados atiram flores na multidão”. Dali continuamos, cantando o Hino Nacional, rumo ao QG da nossa Força Pública (a atual Polícia Militar), na Avenida Tiradentes. Falaram Antônio Pereira Lima e Ibrahim Nobre. A pedido do oficial de dia, foi designada uma comissão para entender-se com o Comando. Encontravam-se em conferência no interior do QG, quando um pelotão de cavalaria atacou o povo. “Um oficial contém a força” — não sem antes algumas escaramuças, em que levamos a melhor.

(1) Ressalta bem que desde os primeiros instantes de nossa Epopéia Constitucionalista — sempre repudiamos as acusações de separatismo, que insistiam em fazer-nos os da ditadura. Na contestação veemente de Ibrahim Nobre, no 22 de maio, temos a resposta inequívoca aos que, ainda hoje, teimam em ver tendências separatistas no glorioso Movimento — no qual mais uma vez cumprimos o lema de nossas tradições e vocações, inscrito em nosso brasão de 32: Pro Brasilia Fiant Eximia.



Eram 19 horas e meia, quando prosseguimos — “para os Campos Elíseos” (na ocasião residência do chefe do governo estadual). Ao defrontar o velho edifício, “os manifestantes cantam o Hino Nacional, erguendo vivas a São Paulo”. Designada uma comissão “para ir à presença do Sr. Pedro de Toledo”, abriu-se o portão e a guarda foi impotente para conter a multidão.

Não demorou Pedro de Toledo a aparecer — “e foi recebido com palmas”. Falou de novo Ibrahim: “Sou promotor da Justiça. É por isso que acuso a ditadura. Acuso-a com as agravantes de seu crime: a surpresa, o disfarce, a traição. Surpreendeu-nos a boa fé; disfarçou-se de liberdade; e apunhalou-nos pelas costas”.

Interpelou o chefe do governo: “Diga, Senhor Embaixador Pedro de Toledo, se Vossa Excelência está conosco, com São Paulo, com os nossos anseios, e com as nossas aspirações, ou se devemos abrir trincheiras no meio das ruas”. Conclamou-o: “Estamos algemados dentro de uma senzala e Vossa Excelência também está nesta senzala! Vossa Excelência deve sair com os paulistas, para reivindicar a liberdade perdida”.

Emocionadamente respondeu Pedro de Toledo. Para aqui veio trazer a paz e o trabalho. “No dia em que isso não conseguir, deixarei este Palácio”. Perguntou alguém da multidão: “Para quando será a solução?”. Respondeu o grande paulista que já no dia seguinte “tudo deve estar solucionado”. Pediu ao povo que “em atitude ordeira se retirasse para as casas”.



Tinha o ministro Osvaldo Aranha chegado “cerca de 15 horas, viajando de automóvel”. Aqui, “recolheu-se ao palacete de seu tio, senador José de Freitas Vale, na “Vila Kirial”, em Vila Mariana. Não saiu — e A GAZETA acentuou: “Não teve coragem de avistar-se com São Paulo”.

Quanto a nós, seguimos pela noite a dentro — nossos passos nos passos da História, na vigília memorável do memorável 23 de Maio.

Em nota de primeira página, dia 23 de Maio, salientou A GAZETA, que “o caso de São Paulo” era “de solução simplíssima”. “Basta que o sr. Getúlio Vargas o subtraia à influência de elementos alheios à nossa Terra e o entregue ao exame dos próprios paulistas”. Nem se justificava a presença aqui do sr. Osvaldo Aranha. “A que veio essa viagem do ministro da Fazenda?”. “Com que direito vem intrometer-se em nossa política interna?”. “Contra esses processos é que devemos reagir”. “No São Paulo de 32 não cabem corpos estranhos”.

★

Eram 14 horas de 23 e o centro da cidade já se achava quase todo tomado pela multidão. O comércio fechou as portas. Os estudantes percorriam as ruas, empunhando Bandeiras Brasileiras e Paulistas. As 15 horas, “a praça do Patriarca oferecia aspecto verdadeiramente imponente. E não só a Praça do Patriarca. A Rua Direita, o Viaduto do Chá, a Praça Ramos de Azevedo também”. Exaltada e vibrante, “a multidão exigia para São Paulo um governo paulista”. Correu que Ibrahim estava preso — e Cirilo Júnior teve de esclarecer, em frente ao Teatro Municipal: “Ibrahim não está preso e não o será”. “A Frente Única está reunida com o sr. Pedro de Toledo, nos Campos Elíseos”.

Foi o bastante para que tomássemos o rumo do Palácio. Começavam alguns a saltar as grades, quando Pedro de Toledo mandou abrir os portões. O ex-presidente do Estado, Altino Arantes, veio atender-nos. Afirmou que a “Frente Única está cumprindo o seu dever e São Paulo terá seus direitos respeitados”. Aplaudimos, porém reclamamos uma solução. Mais alguns minutos e Francisco Morato veio afirmar que o povo podia confiar na ação de Pedro de Toledo e da Frente Única. Mas “o povo quase não permite o sr. Morato falar. Não quer palavras: quer fatos”.

Na véspera, logo após chegar a São Paulo, o ministro Osvaldo Aranha conferenciou demoradamente com Pedro de Toledo e Ataliba Leonel. Iniciaram-se aí as negociações e os chefes da Frente Única, Pedro de Toledo à testa, passaram a apresentar nomes para a composição do secretariado. Outros líderes estiveram na Vila Kirial — entre eles Altino Arantes, Manoel Vilaboim, Francisco Morato, Manfredo Costa, Paulo de Moraes Barros. Mais entendimentos se processaram.

★

As 17,30 de 23, assomou à sacada superior dos Campos Elíseos — Pedro de Toledo. Acompanhavam-no vários líderes da Frente Única — e Francisco Morato comunicou que estava constituído o secretariado: Fazenda — Armando de Salles Oliveira; Justiça — Waldemar Ferreira; Educação — Rodrigues Alves Sobrinho; Agricultura — Francisco da Cunha Junqueira; Viação — Fonseca Telles; Departamento de Organização Municipal — Joa-

quim Sampaio Vidal; Prefeitura — Gofredo da Silva Teles. Quanto à Chefatura de Polícia, “será escolhido um nome logo após a posse do novo governo” (2). “Nenhum militar será conservado nos cargos de natureza civil”.

Momentos depois, Ibrahim chegou aos Campos Elíseos. Produziu vibrante oração e foi entusiasticamente aclamado. Ficou acertado que o secretário da Justiça tomaria posse naquele mesmo dia. Pretenderam deixá-lo para o dia seguinte — mas a multidão não quis arredar pé, somente saiu dali junto com o titular da Justiça.

★

Quando Waldemar Ferreira chegou ao Pátio do Colégio, o povaréu que ali se achava, mais a multidão que o trouxe dos Campos Elíseos, prorromperam em aplausos. A transmissão do cargo deu-se às 21,30 horas. O secretário interino Silva Gordo foi breve e terminou augurando felicidades. Quando saiu, foi alvo de manifestação de desagrado... Quiseram mesmo agredi-lo e foi preciso levá-lo para o edifício da Equitativa. Deixou-o, algum tempo depois, em companhia de Ibrahim — a quem bastaram algumas palavras para conter a multidão.

Sucederam-se os empastelamentos de dois jornais. Na praça do Patriarca, de quando em quando, um ou outro orador se dirigia à massa popular que ainda ali estacionava. “Grupos iam e vinham expandindo sua alegria”. A dado instante, alguém se lembrou de ir à sede da Legião Revolucionária (ou Partido Popular Paulista), em edifício à esquina da Praça da República e Barão de Itapetininga (lado par desta). Foram muitos — desprevenidamente...

★

Já tínhamos passado das 23 horas e “tentaram forçar a entrada do prédio”; também, com escadas, subir pela parede... Foram “surpreendidos por violenta descarga de armas de fogo”. Dispersaram-se pela praça — mas, “refeitos da surpresa, tornaram a concentrar-se”.

Em minutos, o local era praça de guerra. Surgiu, a dado instante, um esquadrão de cavalaria — para “normalizar a situação”... A sua aparição, “violento fogo de barragem partiu da

(2) Foi escolhido logo em seguida o saudoso e grande Tirso Martins, que desempenhou muito bem as funções, até o momento da destituição do nosso Governo de 32.

séde do PPP". Chamados os bombeiros, também nada puderam fazer porque os sitiados, com suas armas, logo os obrigaram a retroceder.

À medida que o tempo corria, mais se exacerbavam os ânimos, o assédio se fazia mais violento. "A confusão era horrível", a fuzilaria nutrida, a multidão queria entrar a qualquer preço. Perto das 2,20 de 24, apareceu na Chefatura de Polícia "o sr. Maurício Goulart, secretário do PPP". Pediu "garantias para a séde". Foi mandada para o local uma companhia da Força Pública, que cercou o quarteirão.

★

"Durante o demorado tiroteio na praça da República", tombaram os moços da MMDC — Euclides Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes Salgado, Antônio Américo de Camargo Andrade. Todas as entidades estudantis de São Paulo, moços de escolas, secretários de Estado, autoridades, muito povo, estiveram nos funerais. A beira da sepultura, Ibrahim pediu ao Pai que os recebesse em sua Morada.

Antes, ainda na Praça da República, tínhamos erguido nos braços os seus corpos exangues — para entregá-los à História.

Rev. Inst. Hist. e Geogr.
de São Paulo
LXXVII 1982

QUARTO CENTENÁRIO DA "VIAGEM À TERRA DO BRASIL",
DE JEAN DE LÉRY

Lycurgo de Castro Santos Filho

Há quatrocentos anos precisamente publicava-se em França, na praça forte de La Rochelle, um livro que narrava a viagem empreendida ao Brasil pelo francês Jean de Léry e a sua permanência na terra brasileira pelo espaço de quase dois anos, de 1556 a 1558. Escrito na língua francesa antiga, intitulava-se o livro:

«Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique. Contenant la navigation, & choses remarquables, vues sur mer par l'auteur; le comportement de Villegaignon, en ce pays là. Les mœurs & façons de vivre estranges des Sauvages Americains: avec un colloque de leur langage. Ensemble la description e plusieurs Animaux, Arbres, Herbes, & autres choses singuliers, & du tout inconnues par deça, dont on verra les sommaires des chapitres au commencement du livre. Non encore mis en lumière, pour les causes contenues en la peface. Le tout recueilli sur les lieux par Jean de Léry natif de la Margelle, terre de Saint-Seine au Duché de Bourgogne. Seigneur, je te celebrerai entre les peuples, & te dirai Psaumes entre les nations. Psaume CVIII. A La Rochelle, pour Antoine Chuppin, 1578.

Essa foi a primeira edição francesa. Reza o título em português:

«Narrativa de uma viagem feita à terra do Brasil, também dita América, contendo a navegação e coisas notáveis vistas no mar pelo autor: a conduta de Villegaignon naquele país, os estranhos costumes e modos de vida dos selvagens americanos; com um colóquio em sua língua e mais a descrição de muitos animais, plantas e demais coisas singulares e absolutamente desconhecidas aqui, cujo sumário se verá dos capítulos no princípio do livro. Tudo colhido no próprio lugar por Jean de Léry, natural de La Margelle, Saint-Seine, ducado de Bourgogne», La Rochelle, Antoine Chuppin, 1578, 1 vol. in 8.º com gravuras sobre madeira, uma das quais repetida.

Decorridos quatrocentos anos, agora em 1978, o presidente da Academia Paulista de Letras, José Pedro Leite Cordeiro, atento à importância da obra, que ocupa singular posição na bibliografia nacional, e mesmo na gaulesa, pediu-me que nesta sessão vespertina comemorasse o acontecimento discorrendo sobre o livro e o seu autor. Traduz, portanto, esta resenha, a participação da Academia Paulista de Letras na comemoração do quarto centenário da Publicação da "Viagem à Terra do Brasil", de Jean de Léry.

Receio tornar-me crônico na apresentação de crônicas a esta Academia, dado que nestes últimos tempos, e por indicação do presidente Leite Cordeiro, evoquei Fernão Cardim e seus escritos, recordei Gândavo e a sua "História da Província Santa Cruz", e agora tento lembrar Léry e o seu livro. Que fazer? O pedido vem de um amigo e a tarefa em verdade me agrada. Se já não sou jovem para pesquisar, também não sou velho demais para apenas recordar. E lancei-me à empresa, e ora me apresento ante este seletor e sofrido auditório, composto dos mesmos queridos e pacientes ouvintes, aos quais desde já peço benevolência e compreensão para esta volta, para este recuo ao passado.

O episódio da França Antártica é um emaranhado de intrigas e traições, de truculências e barbaridades. É o reflexo, na América do Sul, das oito guerras religiosas, fratricidas, desenroladas em França, então transformada em campo de batalha da Europa, guerras que principiaram em 1539 e perduraram até 1598.

O capítulo histórico da França Antártica é a sombra da Reforma projetando-se sobre a terra de Santa Cruz. É Lutero (1483-1546), é Calvino (1509-1564) a continuarem no Brasil a pendência contra o Papado, ou mais especificamente, a luta contra os sucessores dos papas néo-pagãos da Renascença, bem encarnados, estes últimos, no suntuoso, no magnífico, no escandaloso

Júlio II della Rovere, o protetor de Rafael e de Miguel Ângelo, o pontífice que iniciou a construção da Basílica de São Pedro, em Roma, em princípios do século XVI.

A FRANÇA ANTÁRTICA

O fato histórico é bem conhecido. A 10 de novembro do ano de 1555 chegou à baía de Guanabara o vice-almirante da Bretanha e cavaleiro de Malta, Nicolau Durand de Villegaignon (1510-1571), no comando de duas naus repletas de franceses de todas as classes. Estabeleceu-se na Ilha de Sirigipe, que recebeu o seu nome, e ali construiu o Forte de Coligny, assim chamado em homenagem ao seu protetor, o almirante Coligny. Fora graças ao apoio deste nobre francês, que Villegaignon obtivera do rei Henrique II (1519-1559) os recursos necessários para a expedição destinada a estabelecer, na América, a França Antártica; uma colônia onde reinasse a liberdade de religião, e onde os seguidores de Calvino encontrassem a tranqüilidade e a paz. Desgraçadamente, paz foi o que não houve. Aliados aos indígenas da nação tupinambá, os franceses viveram em guerra com os portugueses, e, na própria povoação, católicos e protestantes persistiram na disputa quanto à fé.

Gaspar de Chatillon, senhor de Coligny (1519-1572) morreu em seu palácio de Paris, na tristemente célebre "noite de São Bartolomeu, a 24 de agosto de 1572, e o seu cadáver foi pendurado na forca de Montfaucon. Era calvinista, partidário da Reforma, e patrocinara não somente a expedição ao Brasil como mais outras duas à Flórida, na América do Norte (1562 e 1565). Fracassaram as três, por falta de apoio da Corte Francesa, de tendência católica. No que diz respeito à França Antártica, é certo que o sobrinho de Villegaignon, Bois-le-Comte, foi enviado ao Rio de Janeiro em 1557 no comando de três naus que trouxeram um reforço de cerca de trezentos colonos, mais algumas mulheres e crianças. Entre eles encontravam-se teólogos protestantes e pastores calvinistas, provenientes de Genebra, que contribuíram para o maior acirramento das disputas de cunho religioso. Para o futuro da colônia, pouco valeu o reforço. Desautorado, desanimado, desgostoso, Villegaignon terminou por abandonar a empresa à própria sorte e voltou para a França em 1559. Porque protegera os adeptos do Papado e se encarnicera contra os protestantes, destes recebeu o cognome de "Caim da América".

É também muito conhecido o melancólico fim da aventura. Os franceses foram expulsos pelos portugueses em duas etapas: na primeira pela expedição chefiada pelo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, e, depois, pela do sobrinho deste, Estácio de Sá, em 1560 e 1567, respectivamente.

Nicolau Durand de Villegaignon, antes da malograda tentativa de colonização do Brasil, combatera sob as ordens de Carlos V contra Argel (1541) e, depois, honra insígne na época, capitaneou a nau que conduziu à França a princesinha Maria Stuart, então com seis anos de idade e noiva do delfim e mais tarde rei Francisco II (1544-1560). Levaram-na da Escócia (1548) para ser criada e educada em Paris pelo futuro sogro, Henrique II, o marido de Catarina de Médicis e amante de Diana de Poitiers.

De regresso do Brasil, Villegaignon entreteve acres discussões de natureza religiosa com Calvino, de quem fora condiscípulo na Universidade de Paris. Terminou os seus dias como representante da Ordem de Malta (1568) junto à Corte francesa. Sempre fora católico, não obstante o apoio aos calvinistas na fundação da França Antártica. Era sobrinho de Filipe de Villiers de l'Isle-Adam (1464-1534), ascendente do escritor francês do mesmo nome, e grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, que tomou o nome de "Ordem de Malta" em 1530. Pelo seu tio fora armado cavaleiro bem jovem, em 1521.

Jean de Léry (1534-1611) nasceu em La Margelle, nas cercanias da abadia de Saint-Seine, na Borgonha. Nada se conhece de sua infância, mas sabe-se que os seus pais foram dos primeiros a aderir à Reforma no ducado da Borgonha. Aos dezoito anos estava em Genebra, a cidade de Calvino, cursando Teologia. Seria pastor em 1555. Entretanto, tais dados não são autênticos para certos autores, pois há quem diga que ele estudou em Berna e não em Genebra, e há, ainda, quem refira que Léry veio para o Brasil não investido das funções de missionário calvinista, mas como um prosaico sapateiro, e que o curso de Teologia ele o teria realizado após o regresso à Europa. Ao certo, sabe-se que foi enviado por Calvino, que atendera a um pedido de Villegaignon, no sentido de virem para a França Antártica colonos e missionários protestantes. Aliás, conserva-se na Biblioteca de Genebra, na Suíça, o original da carta escrita por Villegaignon a Calvino.

O jovem Léry veio para o Brasil na expedição de Bois-le Comte. Embarcou em França em fins do ano de 1556 e aportou na Guanabara na colônia francesa, a 7 de março de 1557. Viveu a princípio na ilha. Depois, em decorrência da má vontade e, mesmo, da perseguição movida por Villegaignon aos protestantes, em fins de 1557, fugiu com vários companheiros e estabeleceu-se no sítio Olaria, no interior da baía da Guanabara. Aí, com outros franceses, viveu entre os indígenas tupinambás, até que nos primeiros dias de 1558 embarcou, com os patrícios, em uma nau bretã, a qual, após uma viagem cheia de incidentes e peripécias, aportou em França. Eram quarenta e cinco a bordo, sendo quinze os passageiros que regressavam. Villegaignon concordara na partida, mas entregou ao capitão ordens secretas para que fossem

todos entregues ao primeiro juiz que encontrassem em França, para processo e condenação por heresia. A embarcação era pequena e velha. Por diversas vezes quase soçobrou, pois fazia água por todos os lados. Por quinze dias vogou às cegas pelo mar de Sargaços. Tripulantes e passageiros passaram fome e sede. Chegaram a cozinhar o couro das vestimentas, dos baús e das solas dos sapatos, que comeram de mistura com velas de sebo, ratos e ratazanas. Afinal, eles que haviam partido do Brasil a 4 de janeiro, só desembarcaram na baixa Bretanha a 24 de maio. Por sorte, nada lhes aconteceu quanto às instruções secretas de Villegaignon para que fossem aprisionados.

Lery voltou para Genebra e lá completou os estudos teológicos. Em 1560 recebeu o título de "burguês" de Genebra, e foi nomeado pastor em Belleville-sur-Saône, nas cercanias de Lyon. A 1.º de março de 1562, com o massacre de Vassy, cometido pelos católicos, deu-se o reinício da guerra civil entre as duas facções religiosas. Destruições e mortes verificaram-se em ambas as partes. Jean de Léry, um moderado, não conseguiu impedir a derubada das igrejas católicas de Belleville. Até que sobreveio a paz de Amboise (1563), celebrada entre a Regente Catarina de Medicis, pelos católicos, e o príncipe de Condé (1530-1569), pelos huguenotes. Este era o chefe dos calvinistas em França. Condé não passava de um Bourbon que abraçara a Reforma para neutralizar a influência do duque de Guise (1519-1563), Francisco de Lorena, um dos grandes capitães gauleses, sustentáculo da Coroa e tio de Maria Stuart, mulher do rei Francisco II. Essas lutas periódicas que ensangüentaram a França por cerca de sessenta anos, com intervalos de paz obtidos por tratados de ocasião e assinados para não serem cumpridos; essas lutas, repito, prolongaram-se em conseqüência da igualdade de forças entre os campos rivais, que mantinham corpos de mercenários e se encastelavam em suas praças fortes. As grandes batalhas terminavam indecisas, concertava-se logo um tratado de paz que perdurava o tempo suficiente para a reorganização das tropas. E reacia-se a luta armada, sempre precedida por massacres e destruição de templos, católicos ou protestantes.

Luís de Bourbon, príncipe de Condé, batido em Dreux, em 1562, juntamente com Coligny, pelo duque de Guise e pelo condestável de Montmorency (1493-1567), coligados, assinou a paz de Amboise (1563), mas voltou a se insurgir contra a Regente Catarina de Medicis em 1567. Guise havia morrido em 1563, diante de Orleans, então reduto Reformista. Foi, então, contra Montmorency que Condé lançou as suas tropas na indecisa batalha de Saint-Denis, que resultou na morte do condestável. Em 1568 Condé obteve uma trégua com a Coroa, para no ano seguinte, na batalha de Jarnac (1569) ser aprisionado e morto por um tiro de pistola

que lhe esfaqueou a cabeça, desfechado por um dos guardas do duque de Anjou, filho de Catarina de Medicis e de Henrique II. Esse Condé, que faleceu com apenas trinta e nove anos, viria a ser o bisavô daquele outro príncipe do mesmo título e duque de Enghien, que a história francesa guardou com o nome de “o grande Condé” (1621-1686), belicoso e afortunado general que certa vez foi batido nas ruas de Paris pelo marechal visconde de Turenne (1611-1675), e que terminou seus dias pacificamente, cultivando as letras em companhia de Racine, Molière e Boileau. Em seus funerais mereceu de Bossuet uma oração-fúnebre classificada como obra prima, um “chef-d’oeuvre no gênero.

★

Jean de Léry aproveitou a trégua de Amboise para escrever a narrativa de sua viagem ao Brasil. Parece que o fez a pedido de amigos, e, principalmente, para refutar o que tachou de “mentiras”, publicadas por André Thevet — outro que estivera no Rio de Janeiro — em seu livro “Les singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amerique”, a Paris, chez les heritiers de Maurice de la Porte, 1557. Léry confiou o manuscrito a um dos amigos, que o perdeu. Reescreveu um segundo manuscrito, que também se extraviou, até que o primeiro foi encontrado em Lyon. Publicou-o, mas apenas anos mais tarde, em 1578.

Pastor em Never (1564) e, mais tarde, em La Charité, assistia, sem tomar parte ativa, aos sucessos da guerra religiosa. Esteve presente ao sínodo de Nimes (1572), cidade então dominada pelos partidários da Reforma e onde anteriormente, em 1567, houvera uma terrível matança de católicos. Encontrava-se ainda como ministro em La Charité, que fora cedida aos calvinistas em 1570, quando se verificou em Paris o morticínio da noite de São Bartolomeu (24-8-1572), com repercussão nas províncias. Em La Charité foram assassinados pelos mercenários italianos do duque de Nevers, vinte e dois protestantes. Léry conseguiu fugir para Sancerre, então uma vila-fortaleza dominada pelos calvinistas, situada em uma colina a cavaleiro do rio Loire. Ali se refugiaram, por ocasião da quarta guerra religiosa, huguenotes procedentes de Bourges, Orléans e de outras povoações vizinhas. Sancerre resistiu por oito meses ao cerco das tropas católicas comandadas pelo marechal barão de La Chatre. Jean de Léry, veterano conhecedor de como sobreviver à falta de alimentos, ensinou aos sitiados como aproveitar o couro dos calçados para enganar a fome, e levou os soldados da guarda a repousarem em redes, tal como se fazia no Brasil. De todos os acontecimentos deu ele notícia em seu livro sobre o cerco de Sancerre. A cidadela rendeu-se ao barão Claude de La Chatre, que em troca de quarenta mil libras

para os seus soldados e da destruição da fortaleza, garantiu a vida e os bens dos sitiados. Léry narrou que o marechal muito gentilmente mandou uma escolta acompanhá-lo até Blet, para onde se retirou após a rendição. Daí, dessa localidade, em companhia do filho do almirante Coligny, conde Francisco de Coligny — a quem dedicou o livro sobre o Brasil — seguiu para Genebra, onde passou a morar e onde cuidou da publicação do referido volume e ainda de um outro sobre o cerco de La Charité (1577), pelo duque de Anjou. Não mais voltou à França e morreu em Berna, na Suíça, em 1611.

OS LIVROS DE LÉRY

A primeira edição da “Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil” foi feita em La Rochelle — na ocasião uma praça-forte da Reforma — pelo livreiro Antoine Chuppin, no ano de 1578. Muitos dos exemplares foram lançados sem a indicação do lugar da impressão, La Rochelle, e houve uma segunda tiragem da edição original, com pouquíssimas alterações. A obra de tal forma agradou que dois anos depois publicou-se uma segunda edição em Genebra, pelo mesmo livreiro Antoine Chuppin, 1580. Houve, igualmente, reimpressão desta segunda edição. Hoje em dia são muitos raros os exemplares. José Carlos Rodrigues (1844-1923), jornalista, bibliófilo e bibliógrafo brasileiro, possuiu exemplares das duas impressões da primeira edição e ainda de edições posteriores. Outro bibliógrafo nacional, Alfredo de Carvalho (1870-1916), foi proprietário de seis edições do livro, a mais antiga a segunda, de Genebra.

A terceira edição saiu ainda em Genebra em 1585, pelo mesmo livreiro-editor Antoine Chuppin, acrescida de melodias, ou cantos tupis. Tornou-se, então, esta terceira edição, o mais antigo documento musical brasileiro.

A quarta edição data de 1594 e no frontispício traz erradamente a indicação de ser a terceira. Foi lançada pelos herdeiros de Eustache Vignon, em Genebra. A quinta trazia a data de 1599 e foi dedicada à Princesa de Orange. Passava por ser a quarta e era da iniciativa dos mesmos herdeiros de Eustache Vignon, em Genebra. Luísa de Coligny, princesa de Orange, filha do almirante Gaspar de Coligny, enviuvava do nobre huguenote Charles de Teligny, assassinado em 1572 na noite de São Bartolomeu. Contraiu segundas núpcias com Guilherme I de Nassau, príncipe de Orange (1533-1584).

Uma outra edição também se apresentou como a quarta e foi publicada pelos mesmos herdeiros de Eustache Vignon, em Genebra, em 1600. Era, apenas, uma reimpressão da do ano anterior, e seria a sexta, segundo Rubens Borba de Moraes. A sétima, por

Jean Vignon, ainda em Genebra, datava de 1611 e apresentou-se como quinta. Lery morreu justamente nesse ano. Teve, então, a satisfação de acompanhar o sucesso de seu livro. Morreu em 1611, e de então para a frente, cessaram as edições francesas. Até que em 1880 publicou-se em Paris, por Alphonse Lemerre, uma "nouvelle edition", com introdução e notas por Paul Gaffarel, um francês conhecedor da história do Brasil, segundo ainda Rubens Borba de Moraes. Outras edições certamente saíram em França, depois da de 1880, como por exemplo a de 1927, por Payot, de Paris.

No "Catálogo da Exposição de História do Brasil" (1881), vêm relacionadas como existentes, e de propriedade da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, as edições francesas de 1585, 1600, 1880, as latinas de 1586 e 1594, a alemã de 1794 e a de Purchas.

No passado, a par das francesas, versões em holandês, alemão e latim também foram impressas. As holandesas datam de 1596 e 1706. A alemã é de 1794. As latinas foram de 1586 e 1594. Em sua coleção inglesa, Samuel Purchas (1577-1628) publicou extratos da obra, no tomo IV.

Como se nota pelas datas, o livro de Jean de Léry atraiu a atenção do público leitor até princípios do século XVIII. Depois, passou a interessar apenas aos historiadores e estudiosos da história.

A primeira versão em língua portuguesa é de 1889 e intitula-se "História de uma viagem feita à Terra do Brasil por Jean de Léry, traduzida em linguagem vernácula por Tristão de Alencar Araripe e oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Rio de Janeiro, Tipografia Laemmert & Cia., 1889, 261 páginas. Nela não consta a dedicatória a Coligny e nem há o prefácio de Léry. A segunda versão brasileira é de 1926 e tem por título "História de uma viagem à Terra do Brasil", edição ordenada literariamente por Monteiro Lobato, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1926.

A terceira brasileira constitui o vol. VII da "Biblioteca Histórica Brasileira", da Livraria Martins Editora, São Paulo. Intitulou-se "Viagem à Terra do Brasil" e publicou-se em 1941. Tradução de Sérgio Milliet, segundo a edição de Paul Gaffarel e com o Colóquio em língua brasílica (tupi), traduzido e anotado por Plínio Airosa. Com 279 páginas. Posteriormente, saíram, desse livro, mais três edições, uma em 1951, da Livraria Martins, a outra em 1961, da Biblioteca do Exército, e a última em 1972, ainda da Martins, em coedição com a Editora da Universidade de São Paulo, comemorativa do sesquicentenário da Independência do Brasil.

Acrescente-se que em 1923 o editor Álvaro Pinto (Anuário do Brasil) lançou no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Aca-

demia Brasileira de Letras, o "Diálogo de Léry", que é a tradução da conversação mantida entre o autor e um indígena brasileiro, diálogo que consta das edições acima mencionadas.

Cronista nato, o reverendo protestante ainda publicou mais três narrativas históricas, a "Histoire mémorable de de la ville de Sancerre, contenant les entreprises, sièges, approches, batteries, assaux & autres efforts des assiegeans: les resistances, faits magnanimes, la famine extreme & delivrance notable des assiegez. Le nombre des coups de Canons par journées distinguées. Le catalogue des morts & blessez à la guerre, sont à la fin du Livre. Le tout fidelement recueilly sur le lieu par Jean de Léry", 1574. Segundo Rubens Borba de Moraes, este livro está prenhe de reminiscências do Brasil. Outra narrativa intitula-se "Le discours du siège tenu devant la Charité. Ensemble de la prise par Monsieur frère du Roy. Avec le nombre de morts tant d'une part que d'autre. A Paris, pour Jean de Lastre demeurant près le College de Reims". 1577. Esta narrativa porta apenas as iniciais do autor: "J. D. L. gentilhomme françois". Borba de Moraes informa que neste volume faltam alusões à permanência do autor no Brasil. Finalmente, ainda sem o seu nome, mas a ele atribuída, é a "Perseguição dos fiéis nas terras da América", incluída no livro do advogado Jean Crespín (1568) sobre os mártires mortos em defesa da Reforma.

LÉRY E O LIVRO SOBRE O BRASIL

Da pessoa física de Léry não se conhece descrição, e também, ao que se supõe, não ficou algum desenho que o retratasse. Pastor calvinista, não foi um fanático. Suas atitudes primaram pela moderação e comedimento. Culto e veraz, o seu livro da viagem ao Brasil é um dos mais importantes repositórios de informações e um dos melhores aparecidos no século XVI acerca do país. Já na primeira edição imprimiram-se ilustrações valiosas, reproduzidas nas posteriores, acrescidas de outras, de outros autores, que mostram com bastante verossimilhança os habitantes da terra — os indígenas — os seus tipos, as suas habitações, os seus costumes. Tais ilustrações revelam o ritual da morte e enterramento, os atos antropofágicos, com o moquém, as festas, as danças, cenas guerreiras e a topografia da França Antártica.

Os capítulos ostentam legendas bastante explicativas e descrevem a viagem do porto de Honfleur, na Normandia, ao Rio de Janeiro, o desembarque no forte Coligny, a acolhida de Ville-gaignon e o seu comportamento muito estranho em relação à religião e ao governo da colônia; os indígenas e seus costumes, as guerras, a antropofagia, o colóquio com um indígena nas lín-

guas brasílica e francesa, os alimentos, os animais, os pássaros, os peixes, as ervas, as árvores frutíferas, e, finalmente, a viagem de volta, com os perigos, a fome e a sede.

Os cantos indígenas anotados e apresentados por Léry foram aproveitados por diversos compositores e também pelo maestro Heitor Vila Lobos (1890-1959), adaptados para os modernos instrumentos musicais e incorporados, assim, ao folclore musical brasileiro.

Sobre a antropofagia, disse que os selvagens não comiam o semelhante “por simples gulodice, pois embora confessem ser a carne humana saborosíssima, seu principal intuito é causar temor aos vivos. Move-os a vingança, salvo no que diz respeito às velhas”. “Por isso, para satisfazer o seu sentimento de ódio, devoram tudo do prisioneiro, desde os dedos dos pés até o nariz e a cabeça, com exceção porém dos miolos em que não tocam”. Referiu que depois da morte do prisioneiro, as mulheres, principalmente as velhas, “que são mais gulosas da carne humana”, “chegam com água fervendo, esfregam e escaldam o corpo a fim de arrancar-lhe a epiderme, e o tornam tão branco como na mão dos cozinheiros os leitões que vão para o forno”. “Todas as partes do corpo, inclusive as tripas depois de bem lavadas, são colocadas no moquém, em torno do qual as mulheres, principalmente as gulosas velhas, se reúnem para recolher a gordura que escorre pelas varas dessas grandes e altas grelhas de madeira”.

As informações sobre o casamento, a gravidez, o parto, os cuidados com os nascituros, a patologia e a terapêutica indígenas, são muito curiosas e de modo geral verídicas.

Na descrição dos selvagens, escreveu que “não são maiores nem mais gordos do que os europeus; são, porém, mais fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito pouco coxos, disformes, aleijados ou doentios”. “Poucos são os que na velhice têm os cabelos brancos ou grisalhos”. Sobre as doenças, informou que “a moléstia mais perigosa do Brasil”, tão perigosa para os selvagens quanto a varíola para os brancos, era o piã, ou boubá, a “Framboesia tropical”. Segundo as suas observações, a doença caracterizava-se pelo aparecimento de “pústulas mais grossas do que o polegar, que se espalham por todo o corpo; os indivíduos que as contraem ficam recobertos de marcas que se conservam durante a vida toda, tal como entre nós os engalicados e cancerosos que se contagiaram na torpeza e na impudicícia”.

Sabe-se que a boubá, ainda endêmica no Nordeste, já afetava os indígenas antes da descoberta. Léry intuitivamente diferenciou-a do morbo gálico, ou sífilis. Esta é causada pelo “Trepone-

Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo

LXXVII

BENTO GONÇALVES DA SILVA

PRETERIDO MAS NÃO ESQUECIDO

Henrique Oscar Wiederspahn

BENTO GONÇALVES DA SILVA, o cavalheiresco e bravo cid-campeador farroupilha sulriograndense, coronel imperial com atuação destacada antes, durante e depois da infeliz batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, um dos principais líderes político-militar do decênio heróico, iniciado em 20 de setembro de 1835, a Guerra dos Farrapos, presidente da República Riograndense de 1836, a chamada também República de Piratini, e um dos seus 6 generais republicanos, nasceu em 23 de setembro de 1788, no prédio n.º 7 da atual praça Marechal Deodoro, a antiga do Mercado, na sede da então freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, no Rio Grande do Sul. Foi aí batizado na igreja matriz em 19 de outubro do mesmo ano, como consta do respectivo assento, à fls. 21 do Livro 2.º, e faleceu em 18 de junho de 1847, em Pedras Brancas, a atual cidade de Guaíba, na casa que foi durante muito tempo o hospital samaritano de seu parente, amigo e correligionário José Gomes de Vasconcelos Jardim. O seu assento de óbito ainda não foi localizado, apesar dos esforços pessoais do general-médico dr. José Araújo Fabrício e de diversos outros pesquisadores sulriograndenses. Não chegara a completar 59 anos de idade e sobrevivera apenas 2 anos, 3 meses e 17 dias ao acordo honroso firmado em Ponche Verde, entre o então barão de Caxias e o general republicano David Canabarro, o último comandante-em-chefe farroupilha, com o que se extinguiu o sonho tão auspiciosamente iniciado em 20 de setembro de 1835 e que somente 54 anos depois, em 15 de novembro de 1889, se iria tornar realidade, com a proclamação da nossa República Federativa do Brasil!

BENTO GONÇALVES DA SILVA fora o 10.º dentre os 14 filhos (9 homens e 5 mulheres), o 7.º entre os do sexo masculino, todos também nascidos e batizados na mesma freguesia do Triunfo, cuja jurisdição se estendia então sobre uma importante e vasta área em ambas as margens do rio Jacuí, todos havidos do consórcio de 7 de agosto de 1774, na mesma freguesia, do então alferes e depois capitão de ordenanças JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA com PERPÉTUA DA COSTA MEIRELES, ele natural de Portugal, da freguesia de Santa Marinha do Real, bispado de Lamego, falecido em 14 de novembro de 1822, provavelmente em Porto Alegre, e ela já sulriograndense de nascimento, natural da então sesmaria do Morro de Santana, onde atualmente assenta a zona urbana de Porto Alegre, falecida em 9 de novembro de 1803 em Porto Alegre, durante uma das freqüentes estadas com o marido lá. Foi pois BENTO GONÇALVES DA SILVA neto paterno de MANUEL GONÇALVES DA SILVA e de JOSEFA MARIA DE JESUS, naturais ambos, como o filho acima, da freguesia de Santa Marinha do Real, bispado de Lamego, Portugal, onde viveram e faleceram; neto materno de MANUEL GONÇALVES MEIRELES, nascido cerca de 1707 na freguesia de São Cristóvão, em Mondim de Bastos, bispado do Porto, Portugal, falecido em 28 de agosto de 1777 na freguesia do Triunfo, e de ANTONIA DA COSTA BARBOSA, natural de Guaratinguetá, São Paulo, aí batizada em 9 de outubro de 1727, falecida no Triunfo em 18 de agosto de 1814, uma das filhas de JERONIMO DE ORNELAS MENEZES E VASCONCELOS, natural da ilha da Madeira, o depois famoso sesmeiro do Morro de Santana, núcleo inicial do povoamento da futura capital do Rio Grande do Sul, o primitivo Porto do Dorneles e depois Porto dos Casais (açorianos), e de sua esposa paulista LUCRÉCIA LEME BARBOSA, natural de Guaratinguetá, pela qual seu bisneto farroupilha sulriograndense também foi um "paulista de 400 anos", ligado ancestralmente aos mesmos troncos das estirpes dos LEME, dos PRADO e dos RAPOSO GÓES, tudo de acordo com as pesquisas feitas pelo Prof. Jorge Godofredo Felizardo, de Porto Alegre, e com a cooperação pessoal do genealogista paulista Prof. Carlos da Silveira, já divulgadas por aquele através da "Revista Genealógica Brasileira", de São Paulo.

Seu pai, o capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, deveria possuir certa educação e cultura, pois chegaria a exercer as funções de Tesoureiro-Geral e deputado da Junta da Real Fazenda da então Capitania, em Porto Alegre, designado para ocupá-las em caráter interino e sem vencimentos, em 15 de junho de 1815, enquanto não fosse nomeado o novo titular pelo governo régio português do Rio de Janeiro. Empossando-se em 20 do mesmo mês, mas na esperança de ressarcir-se com o provimento efetivo

posterior no referido cargo, passaria pelo dissabor de se ver preterido injustamente em favor de um áulico, o desembargador Luís Correa Teixeira de Bragança, nomeado em carta-régia de 25 de agosto de 1817, mas que retardaria de tal modo a sua apresentação em Porto Alegre, a ponto de obrigar ao capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA a continuar prestando seus serviços e sempre sem remuneração alguma, durante 2 anos e 10 meses, de 20 de junho de 1815 até 20 de abril de 1818, data em que passaria as funções ao novo titular, com tudo perfeitamente em ordem e em dia.

Nem mesmo uma petição posterior, para que lhe fossem pagos, ao menos, os vencimentos correspondentes à vacância do cargo, cerca de 600\$000 anuais em moeda da época, obteria parecer favorável das autoridades fiscais do Rio de Janeiro, embora ele se tivesse conduzido sempre com lealdade, eficiência e honradez no trato dos interesses públicos sob sua responsabilidade pessoal, com evidente prejuízo dos seus negócios particulares, inclusive na fase inicial da Campanha Cisplatina contra Artigas, e apresentasse uma folha de serviços à Coroa portuguesa de cerca de 50 anos, todos prestados no Rio Grande do Sul desde antes de 1768, conforme se depreende de uma cópia da referida petição, publicada nas páginas 93 e 94 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 1.º e 2.º trimestres de 1926.

Estabelecera-se inicialmente na freguesia do Triunfo, onde o português MANUEL GONÇALVES MEIRELES, seu futuro sogro, obtivera uma sesmaria denominada da Piedade, às margens do rio Jacuí e sua confluência com o rio Taquari, em cuja área se demarcara o rocio destinado a um povoado com capela, a séde da referida freguesia e atual cidade do Triunfo. Foi nesta sesmaria da Piedade, com moradia na séde da freguesia, que conheceu a sua futura esposa. De lá, após a confirmação da posse pela Coroa real portuguesa, da área marginal sul do rio Jacuí até além do rio Camaquã e até a linha provisória limítrofe do rio Piratini, graças ao novo tratado demarcador de Santo Ildefonso, de 1777, é que JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA acompanhara seus cunhados e outros parentes afins, adquirindo terras no então denominado distrito de Camaquã, terras que, em seu conjunto, passaram a denominar de fazenda do Paraíso. Entregou-se com afinco à criação de gado vacum e cavalariço, à indústria do xarque e também ao plantio do trigo, ainda florescente e bem promissor, antes da terrível praga que, pouco depois, acabaria atacando a sua cultura, destruindo-a completamente no Rio Grande do Sul de então. Suas terras já em 1780 abrangiam as sesmarias do Cristal, do Cordeiro e do Duro, ampliadas depois com concessão de uma das ilhas da barra do rio Camaquã, na

lagoa dos Patos, com casas e xarqueadas e roças, todas adquiridas dos antigos proprietários e de seus herdeiros. Foi na antiga sesmaria do Duro que JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA fez a doação de meia légua em quadra para a localização da capela da qual resultaria a idéia da criação da atual cidade de Camaquã, deslocada depois para onde se fixaria definitivamente.

Foi graças às pesquisas realizadas pelo Prof. Luís Alberto Cibillis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e nos arquivos da área do Camaquã, integradas de uma maneira substancial em seu trabalho intitulado "Tapes, Camaquã e Barra do Ribeiro", obra fartamente ilustrada e publicada em 1959, com muitas referências à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA e de seus filhos e parentela, é que conseguimos reconstituir o bastante sobre as propriedades do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, citadas e descritas às páginas 33 e 35, inclusive sobre a localização da séde da citada fazenda do Paraíso, esta à página 39, bem como a marca usada pelo mesmo como criador de "bestas muares". Infelizmente acha-se o inventário iniciado em Porto Alegre após o falecimento de JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA e depositado no Arquivo Público como feito 770, maço 31 e estante 2, incompleto e não concluído, estranhamente anexado a outro, o do capitão Joaquim Gonçalves Ribeiro, nada oferecendo de útil, a não ser a data do óbito do acima inventariado. Depreende-se, também segundo Cibillis, à página 354 de seu livro acima referido, que o inventário definitivo e completo teve seu andamento em Camaquã, que foi seu inventariante o primogênito JOÃO GONÇALVES DA SILVA, bem como o seu único testamenteiro. A íntegra deste testamento, se de fato houve, bem como o inventário do mesmo resultante, não foi nem localizado e nem encontrado, mas o que é certo é que, com a partilha não muito cordial entre os herdeiros, foram aquelas terras, as do conjunto da fazenda do Paraíso, divididas e subdivididas no decorrer dos tempos, mantendo-se somente indivisa a sesmaria do Cristal.

Esta sesmaria, a mais importante e valiosa de todas, foi também a que durante mais tempo permaneceria de posse dos herdeiros do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, tendo cabido inicialmente ao seu filho MANUEL GONÇALVES DA SILVA que a cederia em 1833 ao irmão BENTO GONÇALVES DA SILVA por 800\$000 em moedas de prata da época, quando aquele se transferiria definitivamente para o Jaguarão. É a fazenda do Cristal, onde o líder farroupilha passara a residir, vivendo aí com a família até seus últimos dias de vida. Em suas terras, às margens do rio Camaquã, montaria Giuseppe Garibaldi, o herói italiano "dos dois mundos" e então comandante da flotilha farroupilha, os seus famosos estaleiro e arsenal. A história

desta mesma sesmaria do Cristal, a única que se conservaria até aos dias atuais como tal, encontra-se descrita nos 8 volumes dos autos de uma demanda que se vinha prolongando desde 1914, no foro judiciário de Camaquã, movida contra os numerosos condôminos existentes na antiga propriedade do general BENTO GONÇALVES DA SILVA, declarada recentemente de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por decreto n.º 21.906, de 11 de agosto de 1972, para a criação do PARQUE HISTÓRICO E TURÍSTICO GENERAL BENTO GONÇALVES, ato baixado pelo governador de então, coronel Euclides Triches.

A existência da referida demanda, conhecida no Foro de Camaquã como a "Medição da Sesmaria do Cristal", nos fora indicada pessoalmente pelo engenheiro Danilo Senger Ribeiro anos atrás em Porto Alegre. Graças a ele tivemos o ensejo de compulsar os referidos autos durante uma rápida estada naquela localidade, onde seu processamento aguardava o pagamento pelos interessados das taxas judiciárias, de impostos de transmissão da propriedade, etc, uma soma elevada demais para as suas posses. Nestes autos deveriam ter sido inclusos documentos talvez desentranhados do próprio inventário do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA e de outros mais, pois em seu 1.º volume encontraríamos, além de um resumo histórico da maneira como este adquirira as sesmarias do Duro, do Cordeiro e do Cristal, um relatório original da medição e demarcação mandadas executar pelo mesmo, da sesmaria do Cristal, datada de 24 de dezembro de 1793; o original da carta régia de confirmação da referida sesmaria, autografada ainda em Portugal pelo então príncipe-regente D. João, datada de 24 de abril de 1800, com a anotação de seu registro perante a Real Fazenda, em Porto Alegre; uma certidão de inteiro teor do inventário de BENTO GONÇALVES DA SILVA e da respectiva partilha, concluída esta em fevereiro de 1857, já divulgada pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", ano XXVII - 1947, págs. 39 a 46, bem como das circunstâncias, nos volumes seguintes, em que as terras da sesmaria passariam depois dos seus herdeiros diretos e consanguíneos para a posse de parentes afins e até de estranhos. Nos últimos volumes subseqüentes, duas outras medições mais recentes, uma de julho de 1938 e outra de agosto de 1966, esta última executada judiciarmente pelo engenheiro Danilo Senger Ribeiro, a cuja gentileza devemos a oportunidade de poder pesquisar e analisar o substancial documentário existente nos autos da demanda em causa.

A respeito do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, o pai de BENTO GONÇALVES DA SILVA, sabe-se que se impusera desde logo entre seus vizinhos no Camaquã,

quase todos de sua parentela afim, merecendo especiais considerações da parte das autoridades portuguesas sediadas em Porto Alegre e em Rio Grande. A negócios deslocava-se frequentemente da sua fazenda à sede da freguesia do Triunfo, onde lhe nasceram quase todos os filhos e onde também os batizara, à vila de Rio Grande e até mesmo até Porto Alegre, onde sua esposa herdara casas de moradias na então rua da Ponte, a atual rua Riachuelo. Durante as suas ausências mais prolongadas confiara a administração de suas terras e negócios no Camaquã ao filho primogênito, o alferes JOÃO GONÇALVES DA SILVA, veterano da Campanha de Serro Largo, em 1801, ao comando do coronel Manuel Marques de Sousa, o avô paterno do conde de Porto Alegre, seu homônimo. Durante uma das crises mais graves provocadas pela falta de carne em Porto Alegre, não titubiara em suprir gratuitamente aos seus moradores, fornecendo-lhes motu-próprio as reses necessárias, oriundas de suas propriedades no Camaquã.

★

BENTO GONÇALVES DA SILVA, tal como todos os seus irmãos e irmãs, recebera também certo preparo, frequentando as aulas de particulares então existentes e onde aprendera a ler e a escrever com bastante correção. É que seu pai o destinara à carreira eclesiástica. Reagira desde menino à essa pretensão contrária às suas tendências e índole, ao ponto de interromper a sua educação e estudos à revelia do pai, para iniciar-se nas lides campeiras já em 1805, aos 17 anos de idade. Contrariado, seu pai o entregou aos cuidados do irmão primogênito já citado, o alferes JOÃO GONÇALVES DA SILVA, alistando-o também como simples soldado na Companhia das Ordenanças de seu distrito, em 1806. No entanto, somente prestaria seu primeiro serviço militar efetivo durante a 1.^a Campanha da Cisplatina, entre 1811 e 1812, numa das colunas do tenente-general D. Diogo de Sousa, então capitão-general governador do Rio Grande do Sul. Finda a campanha, licenciado como excedente, com a graduação de cabo de milícias, a 2.^a linha de então, foi estabelecer-se nas proximidades da vila de Melo, mais conhecida como Serro Largo, distrito rural e fronteiriço da então intendência ou Capitania hispânica de Montevideo, a Banda Oriental. Lá, com diversos outros sulriograndenses e portugueses, como criador de gado, invernista e comerciante, nunca deixou ele de cooperar com as autoridades fronteiriças luso-brasileiras de aquém Jaguarão, enviando-lhes informações precisas e valiosas sobre os sucessos político-militares que se vinham desenrolando no interior da Banda Oriental e até mesmo em Buenos Aires, contra o domínio monárquico es-

panhol desde o início do movimento revolucionário portenho de 25 de maio de 1810, agravados com a alastração do mesmo aquém do rio da Prata e sob a chefia do depois general D. José Gervásio Artigas, declaradamente contrário à liderança argentina e partidário de uma maior autonomia uruguáia sob a forma republicano-federativa.

Apesar do que depois alguns de seus detratores iriam proferir com certa insistência a seu respeito, nesta fase de sua permanência em Serro Largo, entre 1812 e 1816, afirmando ter sido então BENTO GONÇALVES DA SILVA partidário militante da causa de Artigas, até mesmo de haver estado a serviço da referida causa contra a monarquia portuguesa, esta ainda absolutista e anti-liberal institucionalmente, sabemos hoje perfeitamente trata-se de uma simples trama de intrigas póstumas dos que, na década segunda do nosso século, pretenderam divulgar como verdadeiras, acusações de um inimigo pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA, de seus tempos de Serro Largo, não só não comprovadas como nem sequer tomadas à sério pelas autoridades portuguesas sulinas da época. O autor de tais acusações fora um desertor luso-brasileiro que passara ao serviço real hispânico como oficial miliciano, monarquista convicto e que se asilara no Rio Grande do Sul por não aceitar a situação criada na Banda Oriental após a vitória artiguenha inicial, assacando-as contra a pessoa de BENTO GONÇALVES DA SILVA, talvez para alardear serviços perante as autoridades régias portuguesas. Usou-as mais tarde o desembargador Rodrigo de Sousa Pontes, em sua "Memória Histórica" sobre o 20 de setembro de 1835, destinada pessoalmente ao imperador D. Pedro II, recém declarado maior de idade e coroado, em 1840, e que, embora anônima, sua autoria se acha hoje perfeitamente esclarecida.

Com as divulgações que se fizeram desde 1926, tanto da correspondência pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA com o seu progenitor, como dos textos de documentos oficiais depositados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e também no Arquivo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, não apenas pela antiga e substancial "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul" e pela sua sucessora, a "Revista do Museu Júlio de Castilho e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul", pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", todas de Porto Alegre, como também pelas "Publicações do Arquivo Nacional", do Rio de Janeiro, nas notas anexadas aos volumes destas dedicados ao "Processo dos Farrapos", notas de autoria do historiador e genealogista sulriograndense Aurélio Porto, até mesmo os detratores e minimizadores do líder farroupilha acabaram por se convencerem da verdade,

relegando ao esquecimento as referidas acusações, engendradas por mentes açuladas pela paixão política e ideológica da época!

Infelizmente até alguns dos mais entusiastas e sinceros panegiristas e admiradores de BENTO GONÇALVES DA SILVA, um tanto fanatizados por suas próprias idéias republicano-federativas e anti-monárquicas de antes de 1889, como por exemplo o diplomata e historiador sulriograndense dr. Alfredo Varela, chegaram a admitir certa veracidade em tais afirmações, embora devidas a um monarquista anti-liberal de então, o já citado desembargador Rodrigo de Sousa Pontes. Alfredo Varela pensara poder concluir da existência antiga de simpatias bem generalizadas pelo republicanismo artiguenho incipiente, no que há evidente exagero. As provas encontradas quanto a isto se referem todas a outros então súditos da Coroa portuguesa, moradores de nossa faixa fronteira sulina, mas nenhuma implicando taxativamente a pessoa de BENTO GONÇALVES DA SILVA!

Mas, sem consultar e analisar a correspondência já citada, de 1806 até 1816, do antigo arquivo particular do pai de BENTO GONÇALVES DA SILVA, bem como o acervo documental esparso nos dois arquivos públicos já referidos e até agora não divulgados, dificilmente poderíamos esclarecer aqueles fatos, suas origens e outros mais, sobre a juventude e o período da sua vida anterior à sua incorporação definitiva às nossas forças de vigilância fronteira no Jaguarão, durante a 2.^a Campanha Cisplatina, a de 1816 a 1820, contra os artiguenhos!

★

Franco e leal em suas atitudes e em seus pronunciamentos e decisões, BENTO GONÇALVES DA SILVA não poderia agradar senão àqueles que se haviam entregue de corpo e alma à causa farroupilha e que nunca poderiam sacrificá-la em proveito de ressentimentos e de ambições pessoais! Envolvido pelas intrigas de terceiros, acabaria inimizando-se com alguns de seus antigos companheiros, cujos familiares e até descendentes iriam alimentar certos ressentimentos de então e de maneira a engrossar posteriormente as fileiras de seus desafetos mais irreconciliáveis. Estes viriam em alguns admiradores e panegiristas do então coronel, depois brigadeiro imperial e general republicano e novamente brigadeiro imperial Bento Manuel Ribeiro, que, durante o decênio farroupilha, mudara de partido ao azar e de acordo com os seus caprichos e interesses pessoais do momento, passando das fileiras dos republicanos para as dos imperiais e vice-versa, sem o menor escrúpulo e preocupações ideológicas, desde que assim satisfizesse a sua sede de mando político e de prestígio no interior da província sulina, um apoio para suas fobias íntimas!

Companheiros nas lutas contra os artiguenhos, mas rivais desde então, principalmente após os sucessos relacionados com o desastre imperial no combate do Sarandí, contra os uruguaios rebelados em 1825, e com a infeliz batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, em 1827 contra argentinos e uruguaios, Bento Manuel Ribeiro não admitiria ser suplantado e liderado por BENTO GONÇALVES DA SILVA, já que apresentava uma folha militar de serviços bem maior e mais glorificada que a deste, cuja situação econômica como fazendeiro no Camaquã também era bem menor que a sua própria, de grande e já abastado proprietário e criador de gados na área de Alegrete. Fora com a exclusiva preocupação de exaltar ao máximo a personalidade do famoso “gaúcho de Sorocaba”, liderados por um historiador sulriograndense operoso e até um tanto polêmico como o depois general Emílio Fernandes de Sousa Doca, que se iria constituir uma espécie de frente única com os detratores então ainda existentes, estes muito mais preocupados em minimizar e denegrir a personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA do que em defender e exaltar a atuação de Bento Manuel Ribeiro. Somente assim se explica o fato de se terem congregado em torno de Sousa Doca e de seu ídolo, indiscutivelmente um dos mais destacados chefes da nossa cavalaria sulina e a quem o Brasil e o Rio Grande do Sul muito devem em sua História Militar, quase todos os que em Porto Alegre ainda se preocupavam em silenciar sobre tudo que se referisse à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA, a não ser para acusá-lo como falho e inoperante, sem idéias próprias e alçado à liderança farroupilha por um simples acaso, embora sem lhe negar a honradez e lisura no trato dos negócios, tanto particulares seus como públicos. A eles se agregariam também alguns dos saudosistas sulriograndenses de Porto Alegre, partidários declarados da nossa antiga monarquia imperial bragantina, inconformados com a persistência como se procurava exaltar os feitos farroupilhas, para eles apenas de inimigos da monarquia, “subversivos” e meros “separatistas”.

Insubsistentes as acusações assacadas pelo desembargador Rodrigo de Sousa Pontes em sua “Memória Histórica” contra o líder farroupilha, passariam os detratores de BENTO GONÇALVES DA SILVA a explorar uma tese completamente contrária, a de que ele nunca fora de fato um republicano-federativo declarado e convicto e que no fundo permaneceria sempre monarquista, embora liberal. Repetiriam assim afirmações pessoais há muito divulgadas por Alfredo Ferreira Rodrigues, o primeiro pesquisador e cronista sulriograndense interessado em reunir e em analisar à sua maneira de ver documentos sobre o ciclo farroupilha, quando manifestara suas dúvidas quanto à existência de preocupações republicano-federativas da parte dos promotores do

movimento iniciado em 20 de setembro de 1835, do qual resultara a proclamação da República Riograndense somente no ano seguinte. Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues, BENTO GONÇALVES DA SILVA acabaria aceitando as mesmas idéias apenas por força das novas circunstâncias e após ter sido eleito presidente da chamada República de Piratini. Assim, tomariam ao mesmo tempo posição da mais franca repulsa às conclusões e afirmações de Alfredo Varela expostas sucessivamente em suas teses em "Revoluções Cisplatinas", de 1915, "Duas Grandes Intrigas", de 1919, e "História da Grande Revolução", de 1934, diferentes no todo às de Alfredo Ferreira Rodrigues no que concernem às idéias republicano-federativas de BENTO GONÇALVES DA SILVA mesmo anteriores ao 20 de setembro de 1935. No entanto, podemos não aceitar parte das afirmativas de Alfredo Varela quanto a uma preponderância da influência platina no levedar ideológico farroupilha, mas devemos exatamente a ele, como o único pesquisador e historiador sulriograndense que conseguiria suplantar Alfredo Ferreira Rodrigues numa busca sistemática de toda sorte de documentos e assim de haver conseguido reunir uma documentação das mais completas e valiosas sobre os antecedentes, desenrolar e conseqüências imediatas do ciclo farroupilha, como predecessor da nossa República Federativa proclamada em 1889 pelas forças armadas brasileiras. Eram ao todo cerca de 12.000 documentos, entre originais e cópias, cujo acervo se encontra no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, juntamente com o que fora de Alfredo Ferreira Rodrigues. Documentos divulgados em primeira mão por Alfredo Varela têm sido copiados depois, transcritos por mais de um dos historiadores sulriograndenses mais recentes e adeptos das conclusões de Alfredo Ferreira Rodrigues, em regra sem mencionar de quem os estavam transcrevendo! Este acervo está sendo divulgado desde 1978 pelos "Anais" do referido Arquivo Histórico em seus volumes, a partir do 2.º.



No entanto, se já não restam mais dúvidas quanto ao passado de BENTO GONÇALVES DA SILVA, nem quanto ao seu nascimento e ancestrais portugueses e paulistas, tanto paternos como maternos, já perfeitamente esclarecidas, inclusive quanto às suas atividades, desde fins de 1805, e sobre os seus primeiros feitos militares, enfrentando as partidas de guerrilhas artiguenhas em 1817, na região do Jaguarão, continuam as nebulosas em relação a Bento Manuel Ribeiro no que se refere ao seu nascimento e suas atividades iniciais desde que chegara ao Rio Grande do Sul. Sabe-se apenas que era natural de Sorocaba, nascido no ano de

1783, ignorando-se o dia e o mês, pois “casualmente” foram arrancadas as páginas correspondentes ao mesmo período, onde deveriam estar os assentos de batizados, inclusive o seu, com a sua filiação verdadeira, se legítimo ou não. Também nada se sabe quanto ao ano em que seu pai, Manuel Ribeiro de Almeida, natural de Juqueri, São Paulo, se teria casado em Sorocaba com Ana Maria Bueno, que para ser a progenitora de Bento Manuel Ribeiro teria o ato matrimonial sido de antes de 1783 ao menos. Sabemos que seu pai teve com Maria da Silva, em Castro, um filho natural, o depois tenente-coronel Gabriel Ribeiro de Almeida, que como furriel ainda foi um dos heróis da conquista das Missões Orientais em 1801. Poderia ter tido outros filhos naturais além deste. Todos os filhos legítimos documentalmente comprovados do progenitor de Bento Manuel Ribeiro nasceram e foram batizados em Cachoeira e após aquele haver passado com a esposa acima citada para o Rio Grande do Sul e aí se radicado.

Os biógrafos de Bento Manuel Ribeiro afirmam que fora para o Rio Grande do Sul com 5 anos de idade, em companhia do pai e de seu irmão Gabriel Ribeiro de Almeida, o que seria assim em 1788. Suas primeiras atividades não foram ao lado da família de seu progenitor já casado e morador em Cachoeira, e sim, como se presume, como peão na fazenda do então capitão Antônio Adolfo Charão, o mesmo que depois seria oficialmente acusado de apropriações indevidas de gado arrebanhado, contrabandeado, do outro lado da nossa fronteira e por isto processado pelas autoridades fazendárias portuguesas e sulinas. Nada prova também que sua data de praça foi efetivamente em dezembro de 1800 ou em princípios de 1801, num dos regimentos de milícias então existentes com séde em Rio Pardo, já que este somente seria criado e organizado anos depois, em 1812.

Tudo indica no entanto que esteve envolvido num assalto à vila de Serro Largo, na região fronteira do Jaguarão, em 9 de fevereiro de 1811, e com o que se iria criar um sério problema para as autoridades portuguesas, em especial para D. Diogo de Sousa, então empenhado em aparentar certa cooperação amistosa com as da monarquia hispânica de Montevidéu, contra os chamados “insurgentes”, tanto portenhos como artiguinhos!

De acordo com documentos relativos à Campanha de 1811 a 1812, a 1.ª Campanha da Cisplatina, divulgados pela antiga “Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul”, às páginas 69 e 70 do n.º 9, março de 1923, e às páginas 30 a 33 do n.º 12, dezembro do mesmo ano, na madrugada de 9 de fevereiro de 1811, um “grupo de foragidos portugueses”, assim mencionados pelo tenente-coronel D. Joaquim da Paz, o último comandante real espanhol do distrito de Serro Largo, em sua parte dirigida a D. Diogo de Sousa, datada de 4 de março, assaltara e tomara de

surpresa o quartel próximo à vila, soltara todos os presos lá recolhidos, em regra bandoleiros e contrabandistas, e, após penetrar no povoado, atacara a casa do sargento Rafael Iribarra com o intuito de se apoderar do armamento e munições que lá se guardava e que havia sido apreendido em poder dos presos e de elementos ligados a contrabandistas, no que fora impedido pela pronta reação encontrada. Durante a luta o sargento matou com um tiro de pistola um dos assaltantes, o de nome Domingos José Ribeiro, mas acabou sendo derrubado e morto também no local. Em documento anexado à sua comunicação, o tenente-coronel D. Joaquim da Paz designa como tendo sido o chefe dos assaltantes o depois algo famoso guerrilheiro Manuel Joaquim de Carvalho, cadete licenciado da Legião de Cavalaria do Rio Grande, e entre os seus companheiros, além do que foi morto, um irmão do mesmo, de nome Bento Ribeiro, bem como o padrao do chefe do grupo, um peão deste e alguns outros.

D. Diogo de Sousa viu-se obrigado a lamentar o sucedido e a prometer, em sua resposta de 17 de maio de 1811, que mandaria "apreender os agressores por V. S. nomeados, quando passarem a esta Capitania", bem como a responder a um protesto do brigadeiro D. Francisco Javier de Elío, capitão-general hispânico de Montevidéu, solicitando a este a remessa da "certidão legal do corpo de delito e processo de crime deles, a fim de serem julgados conforme as nossas leis". Enquanto isto, outro espanhol, D. Felipe Contucci, agente particular de Dona Carlota Joaquina nas intrigas então em curso, para que se reconhecesse a esposa de D. João VI como soberana legítima no rio da Prata, mas bem conhecido contrabandista de gado e de toda sorte de mercadorias naquelas fronteiras, tudo fazia para que os acusados ficassem impunes, talvez por se acharem praticamente a seu serviço pessoal, inclusive naquele assalto. Era voz corrente então que, com um dos presos libertados, havia uma carta altamente comprometedora para Contucci.

Pouco depois se propagara pelo interior da Banda Oriental a insurreição contra o domínio hispânico e já se começara o preparo de uma expedição militar luso-brasileira para intervir pela força, embora ainda à pretexto de cooperar com as autoridades reais hispânicas de Montevidéu. Intimado Manuel Joaquim de Carvalho a se apresentar imediatamente ao exército mobilizado então por D. Diogo de Sousa e que deveria deslocar-se pouco depois rumo a Maldonado, preferiu ele incorporar-se às forças irregulares reunidas na ocasião entre os rios Quaraí e Arapeí pelo sargento-mór Manuel Pedroso dos Santos, um dos participantes da conquista das Missões Orientais em 1801. Foram estas encarregadas da cobertura avançada naquela fronteira e de enfrentar os artiguenhos que por lá se apresentassem com intuitos

belicosos, mas sempre em cooperação com as autoridades locais ainda fiéis às monárquicas de Montevidéu, ocorrendo em auxílio destas quando possível. Em companhia de Manuel Joaquim de Carvalho deveria ter seguido aquele mesmo Bento Ribeiro, indiscutivelmente o próprio Bento Manuel Ribeiro já arvorado em furriel e ao comando de seu chefe no assalto de Serro Largo; este, por sua vez arvorado em ajudante na guerrilha de Santos Pedroso, situação em que ambos se encontravam quando do primeiro feito militar do sorocabano, oficialmente reconhecido como tal, o de 30 de agosto de 1811 em Paissandú. Nesta data Bento Manuel Ribeiro atacou de surpresa o posto avançado artiguenho localizado no mesmo povoado à margem do rio Uruguai, dominando sua guarnição e restabelecendo assim a autoridade monárquica hispânica local e à cuja disposição permaneceria aí ainda por algum tempo.

Foi este feito que daria a Bento Manuel Ribeiro a promoção ao posto de alferes, bem como a sua incorporação definitiva e com o mesmo posto na 3.^a Companhia do recém-criado Regimento de Cavalaria de Milícias de Rio Pardo, companhia então sediada em Caçapava. A sua inclusão fora proposta pelo comandante do novo regimento, o coronel João de Deus Menna Barreto, e data de 22 de junho de 1812, isto é, finda a 1.^a Campanha da Cisplatina, a de D. Diogo de Sousa. Seu nome consta naquela ocasião como "alferes agregado Bento Manuel" apenas e à mesma companhia, segundo se transcreve na "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul", n.º 14, junho de 1924, às páginas 136 e 144. Como teria sido possível ter sido sua praça de dezembro de 1800 ou de princípios de 1801 no citado regimento, o depois Regimento de 2.^a Linha de n.º 22, se o mesmo regimento fora criado somente em 1812 e não 12 anos antes?

Daí em diante, a carreira militar de Bento Manuel Ribeiro seria como a de um meteoro, numa seqüência brilhante de sucessos e de vitórias espetaculares quase ininterruptas contra os artiguenhos a partir de 1816, até sofrer o seu primeiro revez, em 12 de outubro de 1825, no desastroso combate de Sarandí e contra os mesmos adversários, aos quais já estava acostumado a levar de roldão e destroçar completamente, para depois refulgir mais uma vez e de maneira extraordinária nas operações rápidas e audaciosas que o levariam à sua última grande vitória, em 5 de novembro de 1826, no combate da Capela do Rosário, no Merinai, nas Missões argentinas, um dos maiores feitos de então da nossa cavalaria sulina. O que se seguiu foi como o início de seu ocaso, em contraste chocante com a sua operosidade e rapidez anteriores, talvez motivado por certa fadiga íntima, arrastado inequivocamente por suas crescentes ambições de liderança política e apego demasiado aos bens materiais que vinha acumulando em

torno de Alegrete, como um de seus maiores criadores de gado. E como nos campos de batalha se envelhece muito rapidamente, excessos de cautelas e de atitudes um tanto exageradamente calculadas, manifestadas já desde às ante-vésperas da batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, onde a sua ausência assinalaria o começo descendente em sua carreira, passariam a caracterizar cada vez mais os seus novos feitos, inclusive durante o ciclo farroupilha, quando a sua falta de combatividade em ocasiões que poderiam ser decisivas, de muito prejudicaria tanto os imperiais como os republicanos, a cujo serviço estivera sucessivamente. Chefe apenas para conduzir destacamentos menores de cavalaria, tornar-se-ia pouco eficiente à frente de maiores contingentes e com a responsabilidade de comandá-las como general!

Muito se escreveu e divulgou sobre os feitos e a personalidade de Bento Manuel Ribeiro, em regra exaltando com evidente exagero a sua participação tanto entre os farroupilhas como entre os imperiais, até com uma tentativa de explanação analítica para apresentá-lo como uma espécie de napoleônica em embrião! No entanto nenhum de seus biógrafos, inclusive Olyntho Sanmartin, também sulriograndense e que procurara não repetir as loas exageradas a seu respeito, jamais fizeram referências à participação dele no assalto a Serro Largo em 9 de fevereiro de 1811 e bem anterior ao início da 1.ª Campanha da Cisplatina, muito menos ao juízo que o então barão de Caxias fizera a seu respeito, talvez por ter sido nada lisongeiro. Tais conceitos podem ser encontrados e analisados nos textos de duas cartas de Caxias, uma datada de 22 de abril de 1843 e dirigida a José Clemente Pereira e a outra de 11 de setembro seguinte ao seu pai, o brigadeiro Joaquim de Lima e Silva, pois merecem serem lidas e relidas com cuidado e interesse. A de 22 de abril de 1843 foi divulgada em sua íntegra pelo historiador Eugênio Egas em sua obra intitulada "Diogo Antônio Feijó", editada em 1912 em São Paulo, e consta do seu 2.º tomo, páginas 271 a 274, a mesma já transcrita em parte à página 268 do nosso ensaio de História Militar sobre a "Campanha de Ituzaingô", editada em 1961 pela Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro. A outra, a de 11 de setembro de 1843, existente no arquivo do nosso Museu Imperial de Petrópolis, acha-se transcrita às páginas 455 e 456 do n.º 113 a 115, de 1949, da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", de Porto Alegre.

★

Não podemos negar que por seus feitos e experiência, Bento Manuel Ribeiro estava acima de seu rival político BENTO GONÇALVES DA SILVA sob o ponto de vista puramente militar, em-

bora este o sobrepuje por suas qualidades de homem dedicado à causa que abraçara, íntegro e honesto, em tudo que se relacionasse a qualquer atividade no trato dos negócios tanto particulares como público. Avesse às intrigas e maquinações políticas e por demais cavalheiresco e franco em suas atitudes, acabaria o líder farroupilha por deixar-se envolver pela trama urdida por um grupo de descontentes e ambiciosos de mando e obrigado a renunciar à chefia do movimento republicano-federativo para evitar maiores dissensões, exatamente no momento em que a República Riograndense parecia sossobrar, ameaçada já pela ação da superioridade crescente de efetivos e de meios então postos à disposição das forças imperiais ao comando do barão de Caxias. BENTO GONÇALVES DA SILVA era um próspero e rico fazendeiro no Camaquã antes do movimento farroupilha e acabou pobre e arruinado, como quase todos os seus companheiros de causa em março de 1845, após o tratado de Ponche Verde. No entanto, Bento Manuel Ribeiro e alguns outros mais que se haviam passado para o campo imperial ou que sempre no mesmo tinham permanecido, ficaram bem mais abonados e enriquecidos no decorrer das lutas de então.

Tendo assim saído pobre e quase completamente arruinado e apesar de haver exercido poderes que lhe haviam conferido os altos postos militares, políticos e administrativos como presidente e comandante-em-chefe durante anos seguidos na República Riograndense, BENTO GONÇALVES DA SILVA vira-se obrigado a recorrer a um amigo após a paz de Ponche Verde, o menos desafortunado major Dionísio Amaro da Silveira, de quem obtivera 200 reses de criar por empréstimo, "para principiar a vida" de novo como estancieiro, segundo palavras textuais suas, em carta de 6 de março de 1845. Recolhera-se à fazenda do Cristal, em São João do Camaquã, que adquirira da herança deixada por seu pai e onde passou a residir com sua esposa e filhos. Casara em 8 de dezembro de 1814 em Serro Largo com a uruguaia CAETANA GARCIA Y GONZÁLEZ, natural da mesma vila, de origem portuguesa materna, de quem houve 9 filhos (5 homens e 4 mulheres), dos quais ainda existe descendência em Camaquã, Porto Alegre, Bagé, Alegrete, Rio de Janeiro, Montevidéu e também no Estado de São Paulo. Com a saúde bastante abalada e acabrunhado pelas injustiças de que fora vítima nos últimos anos da luta e da parte de um grupo de dissidentes farroupilhas, liderados por Antônio Vicente da Fontoura e pelo general David Canabarro, pouco sobreviveria à reincorporação da República Riograndense ao Império novamente como sua província, de acordo com o mesmo "status" anterior ao 20 de setembro de 1835 e apenas com as vantagens das concessões ajustadas entre ambas as partes em 28 de fevereiro de 1845 pelo convênio

de paz de Ponche Verde, junto ao rio Santa Maria, e que entrara em vigor no dia seguinte, em 1.º de março do mesmo ano.

Verdadeiro tratado de Estado para Estado, redigido com algumas modificações sobre um texto preliminar enviado a Caxias do Rio de Janeiro pelo ministro Jerônimo Francisco Coelho em nome de D. Pedro II, tivera como ponto de partida quase todas as proposições aventadas pessoalmente por BENTO GONÇALVES DA SILVA à revelia mesmo de David Canabarro e de seus acessores de então, as mesmas que estes inicialmente teimavam em não admitir somente para que a ele não coubesse nenhum mérito nas negociações preliminares para por fim à luta que já se vinha prolongando por mais de nove anos e sem perspectiva de uma vitória, sem que os farroupilhas encontrassem o apoio esperado de outras províncias, com movimentos semelhantes, desde que os de 1842 em Minas Gerais e em São Paulo haviam sido sufocados quase em seu nascedouro. Mesmo assim, graças à habilidade como o barão de Caxias soubera contornar tais obstáculos, procurando atribuir a David Canabarro e Antônio Vieira da Fontoura, aparências exclusivas na iniciativa e todos os méritos, as negociações chegariam a bom termo. Já em suas entrevistas preliminares com BENTO GONÇALVES DA SILVA, Caxias descobrira a melhor maneira de contornar certos escrúpulos que impediam, por razões óbvias, uma atitude dos farroupilhas sulriograndenses que parecesse uma traição aos seus brios de combatentes, ao mencionar a possibilidade próxima de uma guerra entre o Império e o ditador-presidente argentino brigadier-general D. Juan Manuel de Fózas. A reação pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA fora imediata: neste caso os farroupilhas não titubariam em se unir às forças imperiais para enfrentarem juntos o inimigo comum! Explorado este ponto a partir daí, conseguiria Caxias aplainar todos os óbices ainda por ventura existentes e fazendo algumas concessões a mais, devidamente autorizado pelo próprio imperador D. Pedro II e apesar da pouca vontade manifesta do ministério, no Rio de Janeiro.

Ciente da retomada das negociações pelos seus opositores políticos, BENTO GONÇALVES DA SILVA procurou manter-se numa atitude de expectativa reservada após encarecer pessoalmente às novas lideranças farroupilhas da conveniência urgente de um acordo de paz, sob pena de um descalabro militar eminente. Afastado e neutralizado BENTO GONÇALVES DA SILVA, então mero comandante de uma divisão farroupilha, atribuir-se-ia a um dos seus mais ferrenhos adversários políticos e até seu inimigo pessoal, ao já citado Antônio Vicente da Fontoura, a missão de retomar as negociações e como embaixador especial da República Riograndense acompanhar o então coronel Manuel Marques de Sousa, o futuro conde de Porto Alegre, encarregado

pelo barão de Caxias, a tratarem no Rio de Janeiro de detalhes para um ajuste que pusesse fim à luta de maneira honrosa para ambas as partes. De D. Pedro II conseguiria do coronel Manuel Marques de Sousa pessoalmente e em audiência reservada o apoio integral até para algumas concessões a mais, desde que o barão julgasse conveniente fazê-lo em alguns itens constantes das "Instruções Reservadas" que receberia enviadas pelo ministro da guerra Jerônimo Francisco Coelho.

Basta analisar estas mesmas concessões das quais resultaria o convênio de paz de Ponche Verde para que se chegue à conclusão de que as propostas de BENTO GONÇALVES DA SILVA, menos a de uma reincorporação ao Império sob a forma confederada, com livre escolha dos sulriograndenses para seus presidentes provinciais, repelidas desde o começo por Caxias, acabariam sendo aceitas, inclusive a sua maior exigência, motivo principal do fracasso de todas as tentativas anteriores, a de que o Império confirmasse as alforrias concedidas pela República Riograndense a todos os antigos escravos alistados como combatentes farroupilhas, os famosos lanceiros negros, embora com a condição de serem os mesmos transportados para o Rio de Janeiro e lá depois libertados. Foi esta concessão a que mais exacerbava os escravocratas que viam nisto um precedente perigoso.

★

Foi assim que em 1.º de março de 1845 entraria em vigor o convênio de Ponche Verde ajustado entre o então barão de Caxias, em nome do Governo Imperial do Rio de Janeiro, e o general farroupilha David Canabarro, para tal credenciado pelo poder civil exercido por José Gomes de Vasconcelos Jardim, por seus companheiros e comandados, inclusive por BENTO GONÇALVES DA SILVA, terminando assim uma luta armada que vinha se prolongando por quase dez anos no Rio Grande do Sul. Deixava pois de existir a República Riograndense, reintegrando-se a Província definitivamente ao Império, após deste se haver separado por força das circunstâncias, embora nunca o ter sido de fato da comunidade brasileira, pois dela jamais deixara de pertencer, mesmo quando propugnara para a mesma um sistema republicano e confederado de todas as suas Províncias, o mesmo sonho dos líderes da Confederação do Equador de 1824, tanto pernambucanos, paraibanos como cearenses, sua predecessora ideológica, sonho que, como nos referimos, somente se iria concretizar 54 anos depois, em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da nossa República Federativa do Brasil.

A não ser alguns poucos farroupilhas, como o general Antônio de Sousa Neto, que se opusera e preferira emigrar para

o Uruguai, embora houvesse formalmente subscrito a ata preliminar da paz e isto apenas para beneficiar seus comandados, todos os demais acordaram em cumprir integralmente os termos do ajustado, dissolvendo os contingentes ainda em armas e sob seus comandos diretos, regressando aos respectivos lares, com seus postos hierárquicos reconhecidos pelo Império, salvo os dos generais, isto exatamente por desejo expresso manifestado pelos que haviam sido promovidos durante a vigência da República Riograndense e não por imposição de Caxias. Em Ponche Verde não houve pois nenhuma rendição incondicional e nem mesmo uma concessão expressa de anistia, como daqui e dali pretendem afirmar ainda hoje alguns historiadores menos informados, confundindo a anistia oferecida em 1843 aos que se apresentassem espontaneamente às autoridades imperiais e assim abandonassem seus companheiros ainda em armas! Poucos e muito poucos foram os que se aproveitaram daquela anistia, mesmo assim quase que apenas os que haviam sido aprisionados e enviados ao Rio de Janeiro, onde se encontravam confinados!

Pacificada a Província e empossado em sua presidência a personalidade indicada ainda em Ponche Verde pelos farroupilhas e de acordo com o então ajustado, o próprio barão de Caxias, durante a breve estada lá do imperador D. Pedro II, instou-se para que BENTO GONÇALVES DA SILVA fosse até Porto Alegre para ser pessoalmente recebido e apresentado ao jovem monarca, em dezembro de 1845, não à pedido dele e sim por sugestão de outrem, talvez de Caxias, e nem para um beija-mão protocolar como se tentou explicar e justificar este encontro com evidentes finalidades propagandísticas. O Imperador e o ex-Presidente da República Riograndense trocaram idéias sobre a situação no Prata e no Paraguai, de uma maneira respeitosa e cordial, repetindo-se este encontro depois, já sem a presença de Caxias e a conselho do ministro Almeida Torres. As entrevistas assim iniciadas seguiram-se outras com Almeida Torres, nos aposentos particulares deste, ansioso por informações detalhadas sobre a situação no Paraguai e que então lhe teria prestado BENTO GONÇALVES DA SILVA, graças às quais o Império pode tomar medidas adequadas para conseguir neutralizar a ação lá em andamento para atrair Asunción à órbita portenha enfrentando as tendências expansionistas atribuídas ao governo argentino rozista. Mesmo assim, após haver o já conde de Caxias deixado a presidência da Província, as autoridades governamentais do Rio de Janeiro aconselharam às de Porto Alegre que não deixassem de observar e de vigiar as atividades de BENTO GONÇALVES DA SILVA, embora de maneira discreta.

Algum tempo depois fora BENTO GONÇALVES DA SILVA visitar por mais uma vez a sua terra natal, a vila de Bom Jesus

do Triunfo, onde adoeceu gravemente “de uma pleurisia”. Levado “embarcado para Porto Alegre; e tendo piorado nesta cidade, foi para Pedras Brancas, e na casa que foi de seu parente e amigo, José Gomes de Vasconcelos Jardim, deu a alma a Deus, no dia 18 de junho de 1847, estando presentes sua mulher, e alguns de seus filhos, que sabendo de sua grave enfermidade, com sua mãe para ali se tinham rapidamente dirigido”, como consta nos apontamentos de seu filho capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA (neto), redigidos em 1886 e a pedido pessoal de Alfredo Varela, divulgados somente em 1929 pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” sob o título geral e pouco expressivo de “Apontamentos Biográficos de Rio Grandenses ilustres”, Ano IX — n.º 36 — 4.º trimestre de 1929, páginas 515 a 524.

Sepultado inicialmente no pequeno cemitério de Pedras Brancas, a atual cidade de Guaíba, foram os seus despojos levados em fins de 1850 para a fazenda do Cristal, em Camaquã, onde faleceria a sua esposa em 30 de março de 1872 e que o sobrevivera cerca de 25 anos. Aí também, em 1883, aos 86 anos de idade, faleceria seu fiel e dedicado ordenança, Antônio Ribeiro, o corneiro-mór do exército republicano, que sempre o acompanhara e a quem coubera a honra de dar o toque de avançar na madrugada de 20 de setembro de 1835, na ponte da Azenha, na várzea de Porto Alegre de então. Foi sepultado na mesma fazenda do Cristal, ao lado daquele a quem servira com tanta dedicação!

Da fazenda do Cristal foram os ossos de BENTO GONÇALVES DA SILVA levados pessoalmente por seu filho capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA (neto) para a cidade do Rio Grande, onde foram solenemente entregues em 20 de setembro de 1907 à comissão promotora do monumento-mausoléu que lá se estava contruindo para homenagear o líder farroupilha e em cujo pedestal repousam. Da autoria do renomado escultor português Antônio Teixeira Lopes e no centro da praça Tamandaré, este 1.º monumento erguido no Rio Grande do Sul a BENTO GONÇALVES DA SILVA se deve a uma iniciativa do então intendente municipal de Rio Grande, o dr. Juvenal Octaviano Miller, tendo também como um de seus incentivadores o já diversas vezes citado historiador gaúcho Alfredo Ferreira Rodrigues, sendo oficialmente inaugurado em 20 de setembro de 1910.

E não é por demais assinalar a curiosa coincidência desta ligação do nome do general farroupilha com o do marquês de Tamandaré, título imperial honorífico concedido por D. Pedro II ao almirante Joaquim Marques Lisboa, em memória e reconhecimento da dedicação e respeito fraterno deste ao irmão Manuel Marques Lisboa, o famoso Pitanga, também sulriograndense como ele próprio, ex-guarda marinha, veterano brasileiro da

Guerra da Independência, na Bahia, e revolucionário combatente da Confederação do Equador, em Pernambuco, morto em 2 de setembro de 1824 na defesa do povoado e porto de Tamandaré, no litoral pernambucano, contra a superioridade esmagadora das forças imperiais do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, o pai do depois duque de Caxias e irmão de João Manuel de Lima e Silva, o 1.º general farroupilha e organizador do exército da República Riograndense, em 1836, covardemente assassinado nas cercanias de São Borja, por um grupo de guerrilheiros então à serviço de partidários do Império, em 18 de agosto de 1837.

★

Uma das primeiras homenagens públicas prestadas a BENTO GONÇALVES DA SILVA devemos ao coronel Manuel Antônio Pires, então comandante do 1.º Batalhão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, antes mesmo da proclamação da República Federativa brasileira e na vigência ainda da nossa monarquia imperial bragantina. Na então vila do Triunfo, de onde o coronel era natural também, por iniciativa sua e inteiramente à sua custa e para comemorar a passagem do 1.º centenário do nascimento do líder farroupilha e, ao mesmo tempo, festejar a data magna daquele movimento republicano-federativo, inaugurar-se-ia em 20 de setembro de 1889, no frontespício da antiga casa, o prédio n.º 7 da praça Marechal Deodoro, então ainda do Mercado, já mencionada, uma placa de bronze com os seguintes dizeres: "Homenagem prestada ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da República Rio-Grandense, nascido nesta casa a 23 de setembro de 1788".

Antes dele somente um dos líderes farroupilhas, o mineiro Domingos José de Almeida, conhecido como o "cérebro da revolução" de 1835 e um dos que mais influíram para a proclamação da República Riograndense em 11 de setembro de 1836 pelo então coronel Antônio de Sousa Neto, merecera a homenagem de um marco comemorativo, levantado em 1885 por um grupo de republicanos de Pelotas, onde ele se radicara e constituiu família. Amigo e confidente do general farroupilha João Manuel de Lima e Silva, o já citado tio paterno do duque de Caxias, tudo sacrificara pelo ideal que abraçara como adepto ferrenho da Inconfidência Mineira. De grande e abastado proprietário e industrial próximo à atual cidade de Pelotas acabaria pobre e arruinado nos últimos anos de sua vida. O marco, um obelisco singelo de 8 metros de altura, foi erguido no então povoado de Areias, Pelotas, e no local onde existira a sua antiga mansão. A ele Pelotas muito deve e Uruguaiana a sua fundação em 1842. Nesta cidade, em 26 de maio de 1976, inaugurar-se-ia um monumento de dez

metros de altura a ele consagrado como fundador de Uruguaiana, sua estátua de bronze e corpo inteiro e da autoria de Acário Carvalho.

No mesmo ano da inauguração do monumento-mausoléu em Rio Grande, ao criar-se em 11 de outubro de 1910 um novo município em torno da antiga Colônia Dona Isabel, recém-emancipada, na denominação região colonial italiana do Rio Grande do Sul, à nova comuna seria dado o toponímico de BENTO GONÇALVES, bem como à sua sede, atualmente um dos mais importantes centros da produção vinícola sulina. Homenagem idêntica somente havia sido prestada a outro farroupilha, mas intimamente ligado às lutas pela unificação da Itália, a Giuseppe Garibaldi, isto já dez anos antes, em 31 de outubro de 1900, quando se dera o toponímico Garibaldi a então elevada à categoria de vila-sede do município de igual nome, constituído da antiga Colônia Conde d'Eu, na mesma região.

Embora exaltados e cantados em prosa e verso por muitos poetas, romancistas, cronistas e historiadores sulriograndenses da época anterior à Revolução Nacional de 1930, continuaram os líderes farroupilhas pouco lembrados para merecerem homenagens em monumentos, pois Garibaldi, a quem se erguera um associado à sua companheira Anita, numa praça homônima de Porto Alegre, fora apenas comandante da esquadrilha farroupilha e não um de seus líderes. É verdade que se deram a quase todos, inclusive a BENTO GONÇALVES DA SILVA, outras homenagens, como as denominações de ruas e logradouros públicos em muitas cidades do Rio Grande do Sul, inclusive em sua capital.

Além dos anteriormente mencionados, somente seria lembrado o "médico" e estancieiro José Gomes de Vasconcelos Jardim, o amigo e parente de BENTO GONÇALVES DA SILVA e em cuja mansão este falecera em 1847, em Pedras Brancas, a atual cidade de Guaíba, defronte de Porto Alegre e à cujo município pertencera antes de ser do mesmo desmembrado e criado município autônomo. Em 1920, na praça da hoje cidade e defronte do tradicional e histórico cipreste, ao pé do qual os chefes farroupilhas prepararam e planejaram o início do movimento de 1835, erguer-se-ia uma herma a Gomes Jardim, com um busto seu da autoria do escultor Luís Sanguin e a seguinte inscrição: "À memória de José Gomes de Vasconcelos Jardim — Presidente da República Rio-Grandense, o povo e o Município de Porto Alegre. 1835-1920". Na base do pedestal, se encontram também os seus restos mortais, com a lápide do primitivo túmulo de pedra grés e a inscrição esculpida de "Aqui jaz o caritativo Pai dos pobres, José Gomes D'Vasconcellos Jardim. N. a 8 de Março D'1774. F. a 7 D'Abril de 1854" (sic).

Na sua antiga moradia, não muito longe da matriz de Guaíba e reproduzida num quadro a óleo existente no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, da autoria do artista italiano Vicente Gervasio, do Atelier Calegari, e no quarto onde ele faleceu em 1854, existia uma placa de bronze colocada em 1921 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e com os seguintes dizeres: “Nesse compartimento exalou o último suspiro José Gomes de Vasconcelos Jardim, 1.º presidente da República Rio-Grandense”. Mas esta placa, segundo o médico dr. Gastão Leão, filho do antigo proprietário do prédio então já em ruínas, foi destruída quando de um trabalho de limpeza, quando caiu e se partiu em vários pedaços. Não foi restaurada e nem reposta.

Tempos depois, por ato do Governo do Estado, dar-se-ia a denominação de REGIMENTO BENTO GONÇALVES à unidade de elite da tradicional Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a sua Polícia Militar, unidade criada em 1916 para escoltar o governador e encarregada da guarda da sede do Governo, o atual Palácio Piratini, em Porto Alegre.

É apesar do que constava na primeira constituição republicana do Estado, a castilhista promulgada em 14 de julho de 1891, revogada somente após a Revolução de 1930, nunca se dera execução àquele artigo que mandava erigir sobre o solo sulriograndense um monumento consagrado aos heróis da cruzada farroupilha. Este artigo, o 8.º das disposições transitórias de então, resultara da aprovação de uma proposição do dr. Fernando Luís Osório (pai) e para que o monumento servisse “como um altar sagrado, diante do qual “irão ajoelhar-se: — o patriota sincero e respeitoso, o republicano convicto — os descendentes dos Farrapos que legaram exemplos de bravura e heroicidade, ensinando a amar a terra natal e a sofrer por ela”, onde “irão também descobrir-se, instigados por justo acatamento, os filhos dos legalistas, que tiveram a fortuna de ouvir os seus pais falarem com reverência das grandiosas façanhas daqueles que dormem o perpétuo sono da glória no solo em que batalharam corajosamente”.

Ainda em 1930, em seu livro “Rio Grande do Sul — A terra, o homem e o trabalho”, editado no Rio de Janeiro, Souza Brandão lamentava a ausência de um monumento a BENTO GONÇALVES DA SILVA em Porto Alegre, ao relacionar e descrever os então lá existentes e referir-se ao do tenente-general Manuel Marques de Sousa, o conde de Porto Alegre, de corpo inteiro e esculpido em mármore e localizado na antiga praça do Portão, hoje a mutilada de seu título honorífico imperial, assim se manifestara a página 185: “Manuel Marques e Bento Gonçalves deviam estar na mesma praça, mas olhando em sentidos opostos, aquele voltado para as bandas do crepúsculo, e este para as do diluculo; porque o Conde é o homem dos brasões, mas mereceu a glorificação por

ser soldado destemido e disciplinado, e Bento Gonçalves por ser o paladino do regime liberal em sua pátria, deve merecer o culto dos brasileiros”.

Em 1935, em plena comemoração do 1.º centenário do início da Revolução Farroupilha e às ante-vesperas da inauguração do monumento equestre a BENTO GONÇALVES DA SILVA em Porto Alegre, — a respeito do qual nos referiremos mais adiante, — o filho homônimo do anteriormente citado, o dr. Fernando Luís Osório 2.º, exaltando “os supremos objetivos da jornada de 1835”, num estudo divulgado sob o mesmo título pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, 3.º trimestre de 1935, lamentava não se ter cogitado ainda de um Panteon à todos os heróis farroupilhas, proclamando que “é preciso que se dê fiel cumprimento ao artigo da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891”, de 44 anos atrás. Mesmo assim, apesar de algumas tentativas que não passaram de meros planejamentos, até hoje a idéia não foi executada no Rio Grande do Sul, ao contrário do que foi feito em São Paulo, onde o obelisco-mausoléu erguido no centro do parque do Ubirapuera assinala o respeito de todos os paulistas e demais brasileiros pelos heróis da Revolução Constitucionalista de 1932!

★

Apesar do material subsidiário reunido e divulgado pelos dois maiores pesquisadores sulriograndenses sobre o ciclo farroupilha, os já diversas vezes mencionados Alfredo Ferreira Rodrigues e Alfredo Varela, somente em 1932 é que apareceria em forma de livro uma biografia de BENTO GONÇALVES DA SILVA, da autoria do historiador Herberto Canabarro Reichardt, intitulado de “Bento Gonçalves” e editado naquele ano pela Livraria do Globo, em Porto Alegre. Trata-se de um trabalho apresentado no ano anterior ao 2.º Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aceito e aprovado pela respectiva comissão julgadora e com parecer firmado por Rodrigo Octávio Filho, como seu relator. Até então o que existia constava apenas de apontamentos e notícias biográficas mais ou menos restritas, entre as quais se destacara como a mais substanciosa pelo conteúdo, os apontamentos já citados, da autoria de seu filho capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA (Neto), escritos em 1886 e a pedido de Alfredo Varela, divulgados, também como já foi mencionado, em 1929 pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, sob o título de “Apontamentos Biográficos de Riograndense ilustres”, às páginas 515 a 524, em seu n.º 36, do 4.º trimestre daquele ano.

Das biografias resumidas e incluídas com outras em coleções, podemos destacar a da autoria do historiador e romancista sulriograndense dr. Othelo Rosa, incluída em "Vultos da Epopéia Farroupilha", editado em 1935, pela Livraria do Globo, Porto Alegre; a do general Antônio da Rocha Almeida, também sulriograndense, no 1.º volume de "Vultos da Pátria", páginas 21 a 27, de 1961, da mesma editora, uma das mais atualizadas e completas divulgadas até hoje; a de Américo Palma incluída de maneira destacada em "Soldados e Marinheiros do Brasil", páginas 83 a 87, edição da Bibliotéca do Exército, Rio de Janeiro 1962, exaltando BENTO GONÇALVES DA SILVA ao lado de nossos grandes chefes militares e navais, citando também David Canabarro, mas esquecendo lamentavelmente o nome de Bento Manuel Ribeiro. Mais recentemente, em agosto de 1969, não no Rio Grande do Sul e sim em São Paulo, graças a uma iniciativa de Victor Civita e sob a supervisão do Prof. Sérgio Buarque de Holanda, distribuiria a Editora Abril Cultural S.A. uma nova e resumida biografia do líder farroupilha, incluída na série intitulada "Grandes Vultos da nossa História", fascículo n.º 16, 2.º volume e correspondente às páginas 397 a 512 do seu conjunto, profusamente ilustrado em seu texto, em cores e em preto e branco. Neste resumo dedicado a BENTO GONÇALVES DA SILVA e com uma reprodução em cores do único retrato fidedigno seu existente, o mesmo que fora doado ao Museu Histórico Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, por um de seus descendentes, o dr. Dario Crespo, ex-deputado sulriograndense, procurou-se fazer justiça e pela primeira vez em âmbito nacional à personalidade do líder farroupilha, ressaltando condignamente os seus ideais republicano-federativos e com imparcialidade, de acordo com o que a seu respeito conhecemos através das pesquisas dos tempos mais recentes. Os seus ligeiros senões foram corrigidos por indicação nossa pessoal aos editores e para a sua 2.ª edição, a de 1972, em regra sobre episódios anteriores a 1835. O autor deste resumo biográfico, cujo nome infelizmente não consta citado no referido fascículo, inequivocamente um historiador sulriograndense conhecedor profundo do período pesquisado e que vai desde as lutas contra Artigas até ao término da chamada Guerra dos Farrapos, teve a preocupação de fugir ao máximo do emaranhado das questões polêmicas regionais e pessoais que haviam agitado sobre o plenário no decorrer dos congressos de história organizados em Porto Alegre, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, comemorativos do 1.º centenário farroupilha em 1935 e da paz de Ponche Verde em 1845, entre os que negavam e admitiam idéias republicano-federativas da parte de BENTO GONÇALVES DA SILVA desde antes de 20 de setembro de 1835!

★

A respeito das brilhantes comemorações do 1.º centenário do início do movimento republicano-federativo farroupilha no Rio Grande do Sul e com ampla repercussão em todo o Brasil, o que merece ser lembrado é que já naquela ocasião o então presidente constitucional dr. Getúlio Vargas vinha cogitando seriamente em dissolver novamente o nosso Congresso Nacional e todas as Assembléias Legislativas estaduais, idéia que se concretizaria cerca de 2 anos depois, em 10 de novembro de 1937, com o golpe de estado que implantaria no Brasil e chamado Estado Novo. É público e notório que quando manifestara pessoalmente estas intenções suas em Porto Alegre ao então governador do Rio Grande do Sul, o general José Antônio Flores da Cunha, este se declarara contrário à idéia, com o que, a partir daí, começariam a se deteriorar as relações antes amistosas e cordiais entre ambos!

No decorrer destas comemorações inaugurar-se-ia na cidade do Triunfo, berço de BENTO GONÇALVES DA SILVA, uma herma com o busto de seu filho mais ilustre, modesta mas bem significativa, na praça fronteira à casa que tivera a honra de vê-lo nascer em 1788, onde a mesma ainda se encontra.

Em Porto Alegre, quando do encerramento da Exposição Farroupilha, em 15 de janeiro de 1936, e defronte ao seu pórtico principal, no centro do Campo da Redenção, a antiga Várzea e atual Parque Farroupilha, em lugar de destaque pois, inaugurar-se-ia também o monumento equestre a BENTO GONÇALVES DA SILVA, o mesmo que hoje se encontra nas proximidades da ponte da Azenha e diante do edifício do Comando Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, sua Polícia Militar. Da autoria do renomado escultor sulriograndense Antônio Caringi, tal como o laçador gaúcho que constitui hoje o símbolo turístico sulino, fora mandado erguer sob os auspícios do então prefeito, o major Alberto Bins, e tivera como orador oficial na solenidade da inauguração o então dep. Dario Crespo, um dos descendentes diretos e por linha feminina do líder farroupilha. No respectivo pedestal achava-se a inscrição destacada "BENTO GONÇALVES — 1835", bem como "Homenagem da Prefeitura aos heróis de 1835, sendo governador José Antônio Flores da Cunha e prefeito de Porto Alegre, o major Alberto Bins, e obra do escultor riograndense Antônio Caringi — 20-09-1935", e em sua parte posterior, "A guarnição do encouraçado Rio Grande do Sul ao povo Gaúcho, simbolizado no seu grande herói farroupilha — Porto Alegre 20-9-1935" e "Aos heróis farroupilhas, homenagem da aviação naval 20-9-1835 — 20-9-1935".

Nenhum destes dizeres constam do novo pedestal ao monu-

mento próximo à ponte da Azenha. Foram tirados e substituídos pelas novas inscrições propostas pelos que promoveram a transladação, à pretexto de que no novo local é que se assinalara o primeiro choque em armas entre os farroupilhas e os legalistas imperiais na madrugada de 20 de setembro de 1835, Assim, logo abaixo do nome BENTO GONÇALVES e dos milésimos 1835 e 1935, transcreveram em bronze palavras textuais do homenagem, tiradas de um de seus manifestos de então: "Compatriotas! O nome da Pátria nunca souou em vão aos meus ouvidos!". Apagadas foram pois quaisquer referências aos chamados "heróis farroupilhas"!

Mas, o motivo verdadeiro desta transferência para um outro local, menos em destaque, fora a idéia de substituir o monumento equestre de BENTO GONÇALVES DA SILVA por um em memória do duque de Caxias, "o pacificador de 1845", cuja pedra fundamental chegou a ser lançada solenemente em 1.º de maio de 1945 durante as comemorações do 1.º centenário da paz firmada em Ponche Verde, estas ainda na vigência plena do Estado Novo, mas que até hoje, tal como no caso de um planejado Panteon, ainda aguarda pela concretização material da idéia!

Quando da inauguração do monumento equestre citado não houve nenhuma objeção ainda quanto à sua localização, embora já então começasse a se mostrar bastante ativo o grupo que depois promoveria a sua substituição por um monumento equivalente do duque de Caxias, o mesmo grupo que, após a implantação do Estado Novo, dois anos após, se iria aproveitar de todas as oportunidades para diluir o conceito farroupilha então existente, como que procurando apagá-lo da memória nas novas gerações e também substituí-lo de acordo com uma historiografia oficial adequada à situação imposta pelo golpe de estado de 10 de novembro de 1937, após o afastamento de Flores da Cunha do Governo estadual e a decretação da intervenção federal no Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas.

Este grupo, liderado pelo depois general Emílio Fernandes de Sousa Docca e em verdade constituído de historiadores operosos e inequivocamente empolgados pelos respectivos pontos de vista, já tentara envolver o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul numa discussão em torno de uma proposta para a emissão de selos comemorativos do 1.º Centenário do 20 de setembro de 1835, procurando dar maior destaque à atuação do então barão de Caxias e dos que enfrentaram o movimento farroupilha que a BENTO GONÇALVES DA SILVA e seus companheiros. E se não fosse o protesto veemente e algo sarcástico de Alfredo Varela, transcrito em sua íntegra às páginas 292 a 294 de sua coletânea polêmica editada em Lisboa ainda em 1935 sob o título de "Res Avíta", a chamada "série farroupilha" emi-

tida pelos nossos correios federais talvez tivesse sido bem outra. Nesta série, impressa pelas oficinas gráficas da Livraria do Globo, em Porto Alegre, aparecem apenas os retratos de BENTO GONÇALVES DA SILVA e do duque de Caxias, excluídos os de todos os demais constantes da proposta inicial.

Em conexão com o 1.º Congresso de História e Geografia comemorativo do 1.º Centenário Farroupilha, realizado então em outubro de 1935 em Porto Alegre e sob os auspícios do Governo do Estado e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, este mandou cunhar uma medalha reproduzindo o conhecido retrato de BENTO GONÇALVES DA SILVA e as armas da então República Rio-Grandense, as mesmas adotadas em 1891 como estaduais e algo diferentes das atualmente oficializadas, após a exclusão de alguns dos adornos externos e que não existiam no desenho considerado como o oficial de após 1836. São as que constam nos anexos, com os respectivos desenhos heráldicos e módulos, da lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966, dispondo sobre os símbolos estaduais, forma e apresentação.

Quase todos os principais órgãos da imprensa brasileira participaram das comemorações daquele 1.º Centenário Farroupilha, inclusive com referências nominais a BENTO GONÇALVES DA SILVA, embora nem sempre com o devido destaque. Em Porto Alegre o "Correio do Povo" publicou um suplemento especial com o material pessoalmente selecionado pelo dr. Eduardo Duarte, o então operoso e seríssimo secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que assim procurou homenagear o chefe do movimento farroupilha e seus principais companheiros de uma maneira discreta mas sem preocupações polêmicas.

É possível que, além da habilidade como se houvera o presidente do mesmo Instituto, o dr. Adroaldo Mesquita da Costa, se deva também ao dr. Eduardo Duarte, não se terem defrontado de maneira menos respeitosa os participantes do citado Congresso de História e Geografia em suas polêmicas já então, em outubro de 1935. Mesmo assim se notaria como que um silêncio quase sistemático em relação à pessoa e os feitos de BENTO GONÇALVES DA SILVA. Bastará folhear os "Anais" deste Congresso comemorativo ou passar os olhos pelo respectivo relatório-resumo publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 4.º trimestre de 1935, às páginas 163 a 189, para comprovar o que afirmamos aqui. Encontram-se neste relatório-resumo apenas três referências nominais à pessoa de BENTO GONÇALVES DA SILVA, duas à página 169 e uma à página 184. A primeira assinala que "foi aspiração dos nossos maiores, obedientes à direção de Bento Gonçalves da Silva, de Antônio de Sousa Neto, de Gomes Jardim e Domingos de Almeida,

implantar no país a República sob a larga base da Federação, e para isso conseguir começaram eles por proclamar a República de Piratini"; a segunda citando o esforço "de Canabarro Reichardt no magnífico livro sobre Bento Gonçalves; a terceira e última, lembrando que Triunfo, "o berço do imortal Bento Gonçalves, erigiu em sua praça principal um expressivo monumento em honra do valoroso presidente da República de Piratini".

Entre as 32 teses apresentadas ao 1.º Congresso acima referido, das quais apenas 12 tratando especificamente do movimento farroupilha, em nenhuma delas encontramos BENTO GONÇALVES DA SILVA como motivação principal para os assuntos expostos pelos respectivos autores. Em nenhum dos títulos dados para essas 12 teses aparece o nome do líder incontestado do movimento iniciado em 1835, nem mesmo indiretamente. Foi pois preterido, embora talvez não intencionalmente!

Convidado para participar dos trabalhos preparatórios do Congresso, Alfredo Varela esquivou-se, alegando não apenas motivos de saúde, como também discordar do que soubera ser a orientação pretendida dar ao mesmo pelos opositores declarados aos seus pontos de vista essenciais. Fora a sua ausência neste conclave em outubro de 1935 que evitara se transformasse o mesmo num cenário pouco cordial e até bastante tumultuado, já que suas idéias quanto à existência de preocupações republicano-federativas entre os líderes do movimento farroupilha anteriores ao seu deflagrar em 1835, alguns deles influenciados direta ou indiretamente pelos acontecimentos no Prata, admitindo-se já então o recurso extremo a uma separação político-administrativa do Império, vinham encontrando certa repulsa, notadamente da parte do então tenente-coronel Emílio Fernandes de Sousa Docca e de diversos outros membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Fora o que sobre este aspecto Sousa Docca e elementos que a ele se agregaram para minimizar aqueles conceitos, criticando acerbamente e em seu todo os 6 volumes da sua "História da Grande Revolução", publicada em 1934 às expensas do Governo do Estado pela Livraria do Globo em Porto Alegre, os verdadeiros motivos do não comparecimento pessoal de Alfredo Varela ao conclave. Resultou daí uma polêmica bastante violenta entre ele e Sousa Docca pela imprensa do Rio de Janeiro e sobre a qual aquele divulgaria o bastante na já citada coletânea "Res Avíta", pelo que se pode ter uma idéia de como a mesma fora conduzida de parte a parte e num tom cada vez mais agressivo e irreverente. Bento Manuel Ribeiro não foi estranho às causas remotas destas divergências entre Alfredo Varela, admirador apaixonado de BENTO GONÇALVES DA SILVA, e Sousa Docca, o maior panegirista do "gaúcho de Sorocaba"!

Mas, o que não se compreende é o fato de Alfredo Ferreira

Rodrigues ter sido olvidado pela comissão promotora e coordenadora daquele Congresso. Seus méritos incontestes como iniciador da cata de documentos sobre o ciclo farroupilha, um enorme acervo que em 1922 entregara pessoalmente ao Arquivo Histórico do Estado, muitos deles analisados e divulgados pelos 30 volumes do seu substancial "Almanaque do Rio Grande do Sul", entre 1888 e 1917, e como patrono das idéias depois também adotadas por Sousa Docca e seus seguidores, negando a existência de tendências anti-monárquicas e republicano-federativas em BENTO GONÇALVES DA SILVA, tanto antes como até mesmo durante o decênio farroupilha, nem sequer foram lembrados pelos opositores sistemáticos de Alfredo Varela.

Referindo-se a este esquecimento como um ato lamentável, Mozart Victor Russomano também não o pode compreender, segundo o que expôs numa pequena biografia, "A vida silenciosa de Alfredo Ferreira Rodrigues", publicada em "Província de São Pedro", n.º 18 — 1953, páginas 47 a 58, e n.º 19 — 1954, páginas 53 a 62, de Porto Alegre, Editora Globo, biografia que concluiu com a seguinte afirmativa: "Esse escritor, que não poupou esforços vigilantes na guarda das tradições riograndenses e que sempre esteve disposto a combater em defesa dos acusados e em defesa dos esquecidos; esse escritor que foi, em sua época, o melhor analista do levante farroupilha, sofreu, quando ainda em vida, por ocasião dos festejos comemorativos do 1.º Centenário da Revolução, enorme injustiça. Em todo o Rio Grande do Sul, durante vários dias, incessantemente, repetiram-se coisas que Rodrigues descobrira e contaram-se fatos que ele conhecera em primeira mão. Ninguém, no entanto, se lembrou de lhe prestar a merecida homenagem. O historiador da Revolução foi de todos esquecido, exatamente no momento em que se festejavam aquele evento histórico, através das verdades que, em grande parte, ele próprio oferecera à crítica dos doutos e ao conhecimento do povo. Tão profundo foi o silêncio que pesou sobre os últimos anos de Alfredo Ferreira Rodrigues que ele provou a morte em vida. Gustavo Barroso, escrevendo sobre os homens de 35, pela imprensa carioca, nos festejos do Centenário, evocou o trabalho de Rodrigues e lastima a sua ausência — a ausência da morte — naquelas comemorações, que se realizaram, na verdade, sete anos antes de seu falecimento", ocorrido somente em 1942.

★

As agitações políticas e sociais que se seguiram à criação da chamada Aliança Libertadora Nacional, de inspiração comunomaxista e promotora da intentona comunista de novembro do mesmo ano de 1935, tanto no Rio de Janeiro como no Nordeste,

preanunciando uma campanha sucessoria agitada, fizeram esquecer aquelas primeiras escaramuças surgidas no decorrer das comemorações do 1.º Centenário Farroupilha em Porto Alegre. Rompendo ostensivamente com seu antigo companheiro de 1930, o então presidente constitucional Getúlio Vargas, e assumindo no Rio Grande do Sul a coordenação da campanha em favor do candidato paulista à sucessão, a do dr. Armando Sales de Oliveira, dando a este grandes possibilidades de vitória nas eleições anunciadas, iniciara também Flores da Cunha uma série de preparativos para fazer frente a um possível golpe de estado. Decretado o estado de guerra pelo governo federal e à pretexto de combater uma nova intentona comunista de acordo com o pretenso "Plano Cohen", ver-se-ia Flores da Cunha suplantado, traído e abandonado até por elementos de maior prestígio da sua Brigada Militar. Obrigado assim a renunciar ao governo estadual para evitar uma guerra civil desastrosa e quase inútil, exilou-se no Uruguai, sendo substituído pelo general Manuel de Cerqueira Dalto Filho, o comandante da então 3.ª Região Militar em Porto Alegre, nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas. Pouco depois, um golpe de estado punha em prática o que o próprio Getúlio Vargas já havia manifestado ser a sua intenção durante as comemorações farroupilhas de dois anos atrás, inaugurando assim, a partir de 10 de novembro de 1937, o regime conhecido como o do Estado Novo.

Voltava-se assim ao regime unitário dos tempos do Império e com a permanência de Getúlio Vargas no poder por cerca de mais 8 anos, até novembro de 1945 e sem que se desse cumprimento sequer à nova constituição então imposta ao país e desde logo suspensa parcialmente em todos os seus dispositivos que mais se poderiam aproximá-la às das democracias ocidentais. Suspendera-se como inconveniente à segurança interna a recém-promulgada Constituição Federal de 1934 e todas as demais promulgadas nos Estados, bem como as cartas orgânicas nos municípios. Os Estados passaram a ser administrados por interventores livremente nomeados por Getúlio Vargas, tal como após a vitória da Revolução de 1930; aboliram-se as bandeiras, as armas e os hinos estaduais como atentatórios à unidade nacional, inclusive a farroupilha restaurada em 1891 no Rio Grande do Sul, etc. etc. Fez-se silêncio quase total em torno de BENTO GONÇALVES DA SILVA e de todos os seus companheiros, taxando-se novamente como "subversivos" e "separatistas" todos os movimentos republicano-federativos de antes de 15 de novembro de 1889 e até mesmo o de 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Estabelecer-se-ia uma espécie de censura até mesmo para os temas relacionados com o nosso passado e que pudessem, direta ou indiretamente, colidir com os preceitos estadonovistas!

Já nos referimos no Preâmbulo ao nosso ensaio de história militar sulamericana sobre a "Campanha de Ituzaingô", à página 24, — obra premiada em 1956 pela Bibliotéca do Exército com uma Menção Honrosa, mas publicada somente em fins de 1961 pela respectiva editora, — quanto às conseqüências do verdadeiro "dirigismo mental" imposto pelo Estado Novo getuliano de 1937, durante o qual "arrancaram-se páginas de nossa História, silenciando publicistas brasileiros de acordo com diretrizes oficiais impostas por alguns sobre a totalidade de nossos investigadores históricos e sociais. Historiadores houve que depois de 1937 passaram a acertar seus passos segundo tais esquemas da historiografia oficial, escrevendo e doutrinando sobre episódios do nosso passado de maneira diametralmente diversa de suas próprias manifestações pessoais anteriores, contrariando e renegando publicamente tudo ou quase tudo o que antes haviam manifestado e escrito entusiástica e livremente, com as suas próprias assinaturas e durante diversas décadas... Também é verdade que a grande maioria dos nossos investigadores históricos, no entanto, preferiu retrair-se a aceitar a imposição de tal sistema de historiografia oficial".

Não podemos e nem devemos, no entanto, à bem da verdade e da justiça, incluir o nome do já muitas vezes citado general Emílio Fernandes de Sousa Docca em nenhuma das categorias destes investigadores da nossa História, já que sempre se manteve coerente com as suas apreciações manifestadas com entusiasmo e patriotismo desde antes de se empenhar naquela acirrada polêmica com Alfredo Varela, não aceitando como válidas as conclusões deste quanto à influência preponderante platina no levedar das aspirações republicano-federativas entre os farroupilhas e em torno da pre-existência de idéias favoráveis à separação da província da comunidade monárquica imperial bragantina anteriores a 1836. Conhecedor profundo dos acontecimentos relacionados com a 3.ª Guerra Cisplatina, a de 1825 a 1828, tal como fora seu companheiro de idéias, o general Francisco de Paula Cidade, a ele e também a este devemos muito na elaboração dos manuscritos originais de nosso já mencionado ensaio sobre a "Campanha de Ituzaingô". Os esforços de Sousa Docca para uma reformulação da História do Rio Grande do Sul têm que ser reconhecidos e aceitos por todos como subsídios de valor, mesmo quando se fizerem, como é o nosso caso pessoal, algumas restrições à maneira como ele procurou expor certos episódios. Algumas das suas refutações polêmicas a Alfredo Varela nunca deixaram de apresentar aspectos positivos, daqui e dali admitidos também por nós e até mesmo pelos mais intransigentes admiradores de BENTO GONÇALVES DA SILVA de então, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul!

★

O marasmo histórico que durante o Estado Novo vinha provocando um desinteresse cada vez maior e prejudicial aos trabalhos de investigação do nosso passado, inclusive no Rio Grande do Sul, pelos acontecimentos do ciclo farroupilha, somente a partir de 1944 é que começaria a ser dominado, graças à reação iniciada dentro do próprio Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por diversos de seus confrades da velha guarda, entre os quais se iriam sobressair Othelo Rosa e Marino Josetti de Almeida, apoiados pelo dr. Eduardo Duarte, o secretário daquele sodalício. Com estes se esboçaria a primeira investida direta, tanto à "historiografia oficial" estadonovista, como à atuação de alguns dos que haviam adotado as idéias de Sousa Docca e que se vinham constituindo em verdadeiros "donos da História sulina"!

Assim, já em 23 de setembro de 1944 se voltaram as atenções do Instituto novamente para uma homenagem à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA e à pretexto do transcurso do 156.º aniversário do seu nascimento. Naquela data promoveria o Instituto uma reunião extraordinária na cidade do Triunfo, pela manhã na própria casa em que nasceu o chefe republicano do movimento de 1835 e, à tarde, no teatro local, uma conferência de exaltação ao homenageado e para o que se haviam concentrado em Triunfo professores e alunos das escolas públicas locais, de São Jerônimo, de Volta do Barreto e de General Câmara. O resumo destas homenagens consta às páginas 22 e 23 do I volume dos "Anais do 4.º Congresso de História e Geografia Comemorativo do 1.º Centenário da Paz de Ponche Verde.

Neste 4.º Congresso, realizado em fevereiro de 1945, em Porto Alegre, e ainda na vigência do Estado Novo, apesar dos esforços de Sousa Docca e de seus seguidores, conseguiria Othelo Rosa impor-se contra os conceitos restritivos às afirmações sobre o republicanismo de BENTO GONÇALVES e de seus companheiros de 1835, repelindo a tese apresentada pelo prof. Walter Spalding, "Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival?", e aprovando as de Othelo Rosa, "Causas da revolução farroupilha", e de Luiz Alves de Oliveira Belo, "Caxias e a pacificação".

A tese do prof. Walter Spalding tivera parecer favorável de seu relator, o general Sousa Docca, e a de Oliveira Belo, restrições ao republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA anterior a 1835, da parte do mesmo relator, conforme se poderá verificar nos "Anais", às páginas 850 a 852, volume II, e às páginas 364 a 367, volume I, respectivamente. As mesmas restrições fizera

Olyntho Sanmartin em seu voto vencido à tese acima citada, a da autoria de Othelo Rosa, às páginas 811 a 813, II volume.

As páginas 106 e 109 do I volume dos "Anais", no texto da ata da 122.ª sessão do Congresso, menciona-se como tendo sido para Othelo Rosa, "o ponto crucial do 4.º Congresso" exatamente a discussão em torno do republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA "antes da proclamação da República de Piratini", reconhecido e aceito na ocasião pelo plenário, por nove votos contra sete. O mesmo republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA, durante a discussão da tese de Oliveira Belo, segundo a página 113 do volume I dos "Anais", também acabou sendo aceita, da mesma maneira como seria reconhecido ao se recusar aprovação à tese do prof. Walter Spalding, como consta à página 114 do mesmo volume. No entanto, houve por bem a direção deste Congresso mandar publicar em seus "Anais" todas estas teses com os respectivos pareceres das comissões, já que as objeções somente se haviam referido a esta ou aquela opinião em torno do republicanismo do líder farroupilha e no que, ao nosso ver, fez muito bem, pois assim serviriam de valiosos subsídios para aqueles que depois pretendessem esmiuçar tal pormenor importante, sem nenhuma dúvida.

Virgílio Corrêa Filho, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no 4.º Congresso, em seu relatório publicado às páginas 27 a 31 do I volume dos "Anais", refere-se especificamente ao general Emílio Fernandes de Sousa Docca como chefe de "uma das alas em que doutrinariamente se dividiu o Congresso, ao examinar os feitos e opinião do 1.º Presidente da República Rio-Grandense", o general BENTO GONÇALVES DA SILVA. "De outro lado, com o fervor de convicções arraigadas, acaso resultantes do seu comunicativo sentimentalismo, opinava Othelo Rosa que Bento Gonçalves não se fizera republicano depois do levante de 20 de setembro. Já o era, desde antes, decidido a implantar o novo regime em sua província. Apenas aguardava a ocasião para não mais dissimular as suas verdadeiras intenções. E a propósito, dava expansão à espontânea eloquência enaltecedora dos farroupilhas, mas que tanto encantou à assistência. Opostamente, Sousa Docca, bem que reconhecesse as atividades dos propagandistas da República em Porto Alegre, não incluía nessa minoria o chefe ostensivo da insurreição farroupilha, que só mais tarde seria levado a desfraldar a bandeira republicana".

Assim, embora Virgílio Corrêa Filho não dissimulasse em seu relatório aceitar os pontos de vista do general Sousa Docca, — seu confrade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, — afirmaria textualmente ter sido BENTO GONÇALVES DA SILVA "a figura mais impressionante, pela galhardia de sua individualidade, pela fama de sua bravura, conquistada

nos entreveros fronteiriços, pelo sacrifício do aprisionamento em conseqüência do revês de Fanfa, pela generosidade insopitável de gestos, ainda quando redundasse em desvantagem tática. Até na atualidade, o seu vulto de lidador destemeroso sobressai, como evidenciaram as discussões a que proporcionou assunto sobejo para assinalar a valia do Congresso, se outros temas, explanados a primor, não lhe evidenciasse o êxito”.

Se durante este Congresso não se chegou a exaltar de maneira preponderante a atuação e a personalidade do então barão de Caxias, o foi somente porque nada ou quase nada havia mais a acrescentar ao que já constituira consenso generalizado sobre os seus méritos de chefe militar e político. À sua compreensão e ao seu patriotismo devemos a maneira como se preparou o convênio de 28 de fevereiro de 1845, concluído em Ponche Verde, onde se reconheceu de fato a existência de uma beligerância entre o Império e a República Riograndense, a dos farroupilhas, tratando a estes como de representantes de potência para pacificação apresentadas por seus chefes através de Antônio Vicente da Fontoura e do general David Canabarro, apesar da oposição declarada do ministério então no poder, no Rio de Janeiro, mas cumprindo assim o seu dever de brasileiro perante o seu Imperador D. Pedro II e perante a História! E assim, no obelisco comemorativo inaugurado em 3 de março de 1945 e também por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na coxilha de Ponche Verde, no município de D. Pedrito, de granito e de forma monolítica, lavrar-se-iam por este motivo as armas nacionais e imperiais brasileiras e o escudo da República de Piratini, com as datas de “20 de setembro de 1835” e de “1.º de março de 1845” nas faces, bem como a inscrição: “Nestes campos de Ponche Verde, em primeiro de março de 1845, os defensores do Império e os republicanos de Piratini asseguraram a unidade nacional, com a pacificação do Rio Grande do Sul”.

No entanto, além do monumento projetado em honra do duque de Caxias em Porto Alegre e cuja pedra fundamental chegou a ser lançada para substituir, no local, o monumento equestre a BENTO GONÇALVES DA SILVA, aguarda também até hoje a concretização da proposta apresentada durante o Congresso, iniciativa de Renato B. Rodrigues Pereira, Virgílio Corrêa Filho e Jorge Zarur, para que se fizesse “uma síntese de princípios básicos e verdadeiros sobre a Revolução Farroupilha em forma de sugestão aos professores primários e secundários do país e também aos autores de livros didáticos”, a fim de evitar “a dúvida e a confusão na mente dos estudantes”, propositura algo difícil de ser atendida naquelas circunstâncias, não só pela divi-

são de pontos de vistas essenciais demonstradas durante toda a realização do referido Congresso, quando ainda imperava o “dirigismo mental” introduzido por mentores do Estado Novo, a não ser que esta síntese omitisse os assuntos então causa daqueles debates e não contrariasse em nada aos ditames da própria “historiografia oficial” da época!

Algo preterido durante o já citado 1.º Congresso de História e Geografia comemorativo do 1.º Centenário do início da Revolução Farroupilha, em 1935, o nome e a personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA acabaria assim por impor-se em quase todos os debates neste 4.º Congresso, o comemorativo do 1.º Centenário do convênio de paz de Ponche Verde e que pusera fim às lutas armadas que se vinham prolongando quase por dez anos, em 1945. E se já então se tivesse procurado pesquisar e analisar desde os seus primórdios, todas as tentativas que daqui e dali se fizeram para um acordo entre os dois campos em armas, sobre o que sabemos sobre a marcha destas negociações, interrompidas muitas vezes e outras tantas retomadas, chegaríamos à conclusão que, em sua essência, todas as concessões conseguidas por David Canabarro no convênio de Ponche Verde resultariam das mesmas que BENTO GONÇALVES DA SILVA aventara pessoalmente e em diversas oportunidades anteriores. É o que tentamos esclarecer num dos nossos trabalhos de pesquisa apresentado em fins de 1975 no Rio de Janeiro, como contribuição ao Congresso de História sobre o segundo Reinado, lá organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e aprovado pela respectiva comissão para ser publicado posteriormente em seus “Anais”: “A ação pessoal de D. Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul em 1845 — O que sabemos sobre a marcha das negociações até as ante-vesperas do convênio de paz de Ponche Verde”. Ampliado e expondo de como o então ainda barão de Caxias conseguiria a pacificação, está para ser editado em Porto Alegre sob a forma de um livro nosso.

★

Somente depois da vitória das democracias ocidentais sobre as potências totalitárias da direita, vitória na qual a nossa Força Expedicionária Brasileira teve participação ativa, operando na Itália contra o exército alemão, derrubado o Estado Novo pelas mesmas nossas forças armadas em 29 de novembro de 1945, redemocratizando o país com a promulgação da Constituição republicano-federativa de 16 de fevereiro de 1946, faria o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, o seu primeiro ato público de exaltação à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA, comemorando o seu 1.º centenário

de falecimento em 18 de julho de 1947 e tendo como orador con-digno Othelo Rosa, enquanto, em Triunfo, no dia anterior, em solenidade também pública sobre a efeméride, Marino Josetti de Almeida lhe relembrava os feitos na defesa do bem, da grandeza e da liberdade republicana de sua gente!

Se os estados brasileiros voltaram a ostentar as suas antigas bandeiras históricas abolidas pelo Estado Novo em 1937, inclusive a farroupilha de 1836 e 1891, a da Inconfidência Mineira de 1789 e a pernambucana de 1817; se São Paulo pode oficializar a sua já usada em 1932 como símbolo da sua Revolução Constitucionalista, devemos a uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, originada de uma indicação do coronel Luís Carlos de Moraes ao presidente do sodalício, dr. Adroaldo Mesquita da Costa, em Porto Alegre, aprovada segundo parecer da comissão designada no mesmo Instituto e levada ao Congresso Nacional, funcionando na época com poderes constituintes, onde passou e foi incluída na nova carta magna, apesar de todas as manobras reacionárias de certos constituintes contrários à propositura e até de seus recursos a expedientes escusos e menos recomendáveis. Daquela indicação e dos esforços pessoais do constituinte sulriograndense dr. Adroaldo Mesquita da Costa, se redigiria o parágrafo único do artigo 195 da Constituição de 1946, que permitiu o uso de símbolos próprios estaduais e municipais em todo o Brasil, dispositivo que não foi revogado pela Revolução de 31 de março de 1964 na nova Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967 e emendada pelo Ato Institucional de 17 de outubro de 1969, atualmente em vigor.

Ainda em 18 de setembro de 1954 o Instituto sulino protestaria junto ao Ministério do Trabalho, em telegrama assinado pelo dr. Eduardo Duarte, vice-presidente então no exercício da presidência do sodalício, contra ato da Delegacia Regional do Trabalho que não reconheceu validade no Decreto n.º 2.072, de 7 de julho do ano anterior e que renovara como feriado estadual a magna data de 20 de setembro, consagrada à Epopéia Farroupilha, permitindo toda e qualquer atividade tanto no comércio como na indústria, no Estado.

Depois, com o desaparecimento de alguns dos sócios mais batalhadores da velha guarda do mesmo Instituto de Porto Alegre, notadamente após o falecimento do general Sousa Docca, de Othelo Rosa e de Eduardo Duarte, continuando praticamente apenas o prof. Walter Spalding, recentemente falecido, a tratar de temas farroupilhas, publicando-os daqui e dali na imprensa de Porto Alegre, inclusive para que o Governo estadual regulamentasse de maneira oficial e definitiva tanto o desenho das armas, como a feitura da bandeira farroupilha readotados como símbolos do Rio Grande do Sul, foram os ânimos se serenando aos poucos,

esquecidas as controvérsias de outrora. E sem que mudassem seus pontos de vistas pró ou contra o pre-republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA, os demais membros do Instituto passariam a evitar novos surtos polêmicos sobre o assunto.

É verdade que aos poucos se fora compreendendo o porquê do recurso "separatista" usado em todos os movimentos republicano-federativos brasileiros, precursores daquele vitorioso apenas em 15 de novembro de 1889, tanto no de 1824 em Pernambuco, Paraíba e Ceará, a Confederação do Equador, como no farroupilha sulriograndense em 1836 e catarinense em 1839 e até mesmo no da sabinada baiana de 1837. Não se tratava apenas de depor um governo, um ministério, e sim de abolir o sistema unitário da monarquia imperial bragantina então vigente. Repetindo desde logo qualquer submissão político-administrativa à Coroa e ao seu Governo central monárquico do Rio de Janeiro, separaram-se sim, mas contando com o alastramento de suas revoluções pelas demais províncias brasileiras, depois a se confederarem numa República a exemplo da dos Estados Unidos, pois o ideal republicano-federativo já existia latente desde o levar da nossa Independência. Não se vira José Bonifácio compelido a aconselhar o então príncipe regente D. Pedro a acelerar a nossa separação de Portugal para assim salvar a monarquia ante as ameaças dos patriotas brasileiros na Bahia e noutras províncias nordestinas em tomarem desde logo a iniciativa, proclamando sua separação da coroa bragantina e sob a forma republicano-federativa já vitoriosa no Prata? Se ainda se teima em taxar BENTO GONÇALVES DA SILVA e seus companheiros farroupilhas de "separatistas", convém lembrar que também se chegou a chamar de "separatista" o movimento irrompido em 3 de outubro de 1930, no Rio Grande do Sul, a Revolução Nacional de 1930, bem como até mesmo o irrompido depois em São Paulo, em 9 de julho de 1932, quando da Revolução Constitucionalista!

★

Não podemos negar que quase chegaríamos algumas décadas atrás, fruto da incompreensão de muitos e até de certas áreas governamentais, àquela situação que o jornalista Franklin de Oliveira vaticinara em seu livro de alerta de 1967, "Morte da memória nacional", ao afirmar que na época "o Brasil está correndo o perigo de transformar-se em Nação historicamente desmemoriada. E isto porque as instituições culturais destinadas a preservarem o nosso patrimônio histórico e artístico, a guardarem a presença viva de tudo quanto os brasileiros fizeram, com engenho e arte, para nos converterem em autêntica nacionalidade, entraram em pleno processo de desintegração", ameaçados muito

mais pela carência de recursos materiais e financeiros adequados e por uma burocracia asfixiante, do que propriamente por falta de interesse maior de seus dirigentes e administradores.

Fora por carência de meios adequados que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul já em 1951 se vira obrigado a suspender a publicação de sua Revista, um verdadeiro manancial para os nossos pesquisadores históricos, inclusive no que se refere ao ciclo farroupilha, o mesmo sucedendo depois de algum tempo com a do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado, em Porto Alegre, hoje desmembrados em dois e completamente reestruturados. Somente 25 anos depois, em 1975, construída a sua nova sede, à rua Riachuelo n.º 1.317, lá se tendo instalado condignamente, inclusive sua biblioteca e seu arquivo, é que o Instituto pode retomar a publicação de sua Revista com a de n.º 121, graças ao amparo financeiro recebido do Conselho Federal de Cultura, e assim proclamando novamente a sua presença ativa, tal como outrora.

Um dos raros sodalícios que sempre conseguiram manter-se em constante atividade em nosso país, tem sido o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sempre presente, inclusive com suas promoções e apoios efetivos a todos os ciclos de estudos e conferências relacionados com a História brasileira e paulista, verdadeiros cursos supletivos ou de extensão universitária. Mesmo assim não conseguiria os meios financeiros necessários para a publicação dos numerosos volumes que constituiriam os Anais do Congresso Comemorativo do 4.º Centenário da Fundação de São Paulo, em 1954. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do Recife, somente com a ajuda do governo estadual é que vem publicando a sua revista, embora com certo atraso, tal como atualmente o tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, que teve o seu apogeu com o brilho de suas atividades durante as comemorações do Sesquicentenário da nossa Independência, em 1972, no Congresso de História que promoveu em cooperação com o Instituto de São Paulo, e cujos "Anais", abrangendo 7 alentados volumes, seriam publicados somente em 1975 pela Imprensa Nacional.

Quanto ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, não tem tido grandes dificuldades em manter razoavelmente em dia a sua Revista semestral, graças ao seu reconhecimento, por decreto presidencial de 28 de novembro de 1949, referendado também por Adroaldo Mesquita da Costa como o que encabeça no referido ato federal os demais ministros de então, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, — ele que é presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, — como órgão consultivo oficial em assuntos

de História Militar e Geografia Histórica Militar. Sua Revista vem sendo regularmente composta pela Imprensa Militar no Rio de Janeiro.

Merece destaque o já citado Instituto Pernambucano, pois se tem revelado como o guardião mais cioso das tradições e glórias de sua gente, desde as lutas contra os holandeses e a expulsão destes, entre 1630 e 1654, até ao movimento republicano-federativo de 1824, com destemor. Esquivou-se em participar oficialmente das homenagens prestadas no Recife aos restos mortais de D. Pedro I durante as comemorações nacionais do Sesquicentenário da nossa Independência, quando o esquife que as contém e em sua peregrinação por todas as capitais estaduais lá estiveram também, alegando não se poder esquecer que fora exatamente por ordem expressa do nosso então 1.º imperador que foram executados, após um processo sumário, os mártires pernambucanos da Confederação do Equador, inclusive frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, Frei Coneca. Na ocasião, a própria Assembléia Legislativa estadual, à pretexto de comemorar o referido Sesquicentenário, mandou republicar em edição "fac-similar", a de 1875 das "Obras políticas e literárias" de Frei Caneca. Em 1975, comemorando o sesquicentenário da execução no Recife de Frei Caneca, por fuzilamento por não se haver encontrado ninguém que se prestasse então em enforcá-lo, o Instituto Pernambucano, num preito de homenagem à memória dos mártires pernambucanos de 1824, mandou cunhar e distribuir uma medalha com a sua esfigie, enquanto a Universidade Federal de Pernambuco publicava, com a mesma finalidade, uma coletânea intitulada de "Ensaio Universitário sobre Frei Joaquim do Amor Divino (Caneca)", com a reprodução em cores da bandeira da Confederação do Equador em sua capa.

Enquanto desta maneira se manifestavam os pernambucanos em relação a Frei Caneca e à Confederação do Equador, de 1824, a ausência de BENTO GONÇALVES DA SILVA se verificara durante um curso sobre os "Fundamentos da Cultura Rio-Grandense", promovido em 1960 pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em sua série de conferências a cargo de especialistas, "a fim de discorrerem sobre aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, científicos e literários da nossa terra" sulina, e depois reunidas em 4 volumes, editados nas oficinas da gráfica da mesma universidade, esquecia-se de incluir BENTO GONÇALVES DA SILVA entre as personalidades estudadas no volume correspondente à sua 3.ª série. Figuram neste Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Koseritz, Caetano da Silva, Rafael Pinto Bandeira, Simões Lopes Neto, Mauá e Assis Brasil, apenas. Ficaram de lado não somente BENTO GON-

ÇALVES DA SILVA, como também o senador Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e até mesmo Getúlio Vargas.

Para compensar o “esquecimento” acima citado, o professor e general Antônio da Rocha Almeida, então diretor do Museu Júlio de Castilho e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em sua coletânea “Vultos da Pátria”, 1.º volume publicado em 1961 pela Editora Globo, e ao qual já nos referimos, incluiria entre as biografias dos brasileiros mais ilustres de antanho, a do general BENTO GONÇALVES DA SILVA, bastante atualizada. Sem referir-se ao pré-republicanismo de seu biografado, assim conclui: “Bento Gonçalves, cidadão insigne, morreu pobre e quase esquecido, mas legou aos seus um nome respeitado e ao Rio Grande uma gloriosa tradição de bravura, de despreendimento e de lealdade. A data de 20 de setembro será sempre para os que aqui nasceram um dia de glórias e para elas quem mais contribuiu senão o general Bento Gonçalves, talvez o maior de seus filhos?”.

Caberia depois a São Paulo, graças à sua editora “Abril Cultural Ltda.” relembrar condignamente a personalidade do líder republicano-federativo farroupilha, incluindo-o entre os 56 brasileiros ilustres que constituem a coletânea profusamente ilustrada à cores e à preto e branco intitulada “Grandes personagens da nossa história”, no fascículo 23 já mencionado anteriormente e em sua 1.ª edição de 1969, bem como na 2.ª, de 1972, embora nesta ainda dando como se fosse do farroupilha italiano Tito Lívio Zambeccari o retrato estampado à página 404 e que realmente é do depois coronel CAETANO GONÇALVES DA SILVA, veterano da Guerra do Paraguai e um dos filhos de BENTO GONÇALVES DA SILVA, de quem foi ajudante-de-ordens até ao convênio de Ponche Verde.

Durante uma das nossas estadas em Porto Alegre, anos atrás, conversando a respeito com a então diretora da Biblioteca Pública de lá, ela nos revelara não dispor em seu acervo de elementos mais acessíveis e de fácil consulta para atender aos estudantes que a procuravam daqui e dali em busca de dados biográficos sobre BENTO GONÇALVES DA SILVA e de outros próceres farroupilhas. O que dispunha a Biblioteca achava-se esparso e um tanto desconexo nos textos de dicionários enciclopédicos, revistas e obras sobre o ciclo farroupilha. A única biografia sob a forma de livro de fácil manuseio sobre BENTO GONÇALVES DA SILVA era ainda aquela editada em 1932 pela Livraria do Globo e da autoria de Herberto Canabarro Reichardt, à qual também já nos referimos e um tanto incompleta e com alguns senões. Dispunha para os demais próceres farroupilhas, além de já citada biografia de Bento Manuel Ribeiro, da autoria de Olyntho Sanmartin, de ensaios também sob a forma de livros como o romanceado de Othelo Rosa sobre David Canabarro, editado em 1933 pela Livraria do Globo, e o do então capitão Deoclécio de Paranhos Antunes.

sobre Antônio Vicente da Fontoura, o embaixador farroupilha nas negociações preliminares de paz no Rio de Janeiro e o mais ferrenho detrator e inimigo pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA.



No entanto, apesar do muito que se tem escrito e publicado, tal como acontece com a Revolução Constitucionalista de 1932, de São Paulo, com o movimento republicano-federativo de 1824 em Pernambuco, Paraíba e Ceará, a Confederação do Equador, também a Revolução Farroupilha de 1835 a 1845 se ressentem de uma história objetiva e desapaixonada, especialmente para as nossas gerações mais jovens, com o relato dos acontecimentos sem adjetivos demasiados e num único volume, de fácil leitura e compreensão, resumindo conscienciosamente tudo que já se conhece e escreveu a respeito. É verdade que para a de 1835 dispomos nestas condições de duas obras razoáveis, a reedição refundida e ampliada da do prof. Walter Spalding de 1939, então sob o título de "Revolução farroupilha", a sob o novo de "A epopéia farroupilha", publicada em 1963 pela Biblioteca do Exército, também com ligeiros senões, e a um tanto romanceada do prof. Paulino Jacques, "A Guerra dos Farrapos", inaugurando a Coleção Civismo Brasileiro da "Reper Editora", Rio de Janeiro, 1968, além daquela única que até hoje procurou narrar sinteticamente a marcha de suas operações militares e com numerosos esboços cartográficos elucidativos, a do general Augusto Tasso Fragoso, "A Revolução Farroupilha", editada pela Biblioteca do Exército em 1939, Rio de Janeiro.

O general Tasso Fragoso, maranhense de nascimento e republicano dos de 1889, nosso mestre e amigo pessoal, reconhece e exalta os propósitos republicano-federativos do líder farroupilha e de seus companheiros sem a menor reserva, dedicando este seu trabalho "a todos os rio-grandenses do sul que, num arroubo de invejável idealismo se bateram pela Liberdade na República Federativa e baquearam, para dormir o sono eterno, na relva verdejante da planície ou da cochilha". Mas enquanto o prof. Paulino Jacques ressalta sobremodo os méritos de BENTO GONÇALVES DA SILVA desde a preparação do movimento, assinalando o seu pré-republicanismo federativo brasileiro, o prof. Walter Spalding mantém os seus pontos de vistas contrários a existência deste pre-republicanismo, minimizando até a atuação do líder farroupilha, tal como já se manifestara antes, durante o 4.º Congresso de História e Geografia de 1945, em Porto Alegre, e repetira em 1956 em sua colaboração sobre "A Revolução farroupilha" para a Enciclopédia Rio-Grandense, 1.º volume, da Editora Regional Ltda., Canoas, Rio Grande do Sul.

★

Em 1973 brindara Mem de Sá, ex-deputado e ex-senador pelo Rio Grande do Sul e ex-ministro da Justiça do 1.º Governo da Revolução de 1964, o do marechal Humberto Castelo Branco, a todos os brasileiros e em especial aos sulriograndenses com uma obra verdadeiramente notável intitulada de "A politização do Rio Grande", Edições Tabajara, Rio de Janeiro, na qual opina, à página 18, que "a Revolução Farroupilha de 1835 pode ser, em grande parte, considerada resultante dos fatores da politização riograndense. Mas deve ser tida, também, como causa poderosa da mesma politização, na história posterior da Província, até nossos dias". E à página 20: "de separatista foi apodado o movimento gaúcho. A falsa tese já está pulverizada pelos melhores estudiosos de nossa História... A Revolução Farroupilha de 1835, encarnando a causa republicana, e, por seguinte, entrando em luta armada contra a Monarquia e o Império, não podia deixar de ser, inicial e necessariamente, separatista, para se tornar nacional quando vitoriosa fosse a sua bandeira, e implantada em todo o território pátrio... O que, portanto, singulariza a Revolução Rio-grandense e a torna única na história do Brasil está, sobretudo, em seu ideário nítido". Ainda, segundo Mem de Sá, "não é possível negar a verdade histórica de que somente eles chegaram a proclamar uma República, a República de Piratini; somente eles conseguiram enfrentar as poderosas forças armadas imperiais e, ainda, a facção interna dos caramurus (monarquistas) durante longos e martirizantes 10 anos".

★

Enquanto que em São Paulo se vem prestando há muito todas as homenagens e lembrando anualmente e de uma maneira condigna os feitos de sua gente em 1932, na Revelação Constitucionalista, notadamente a partir de 1954, quando das comemorações do 4.º Centenário da fundação da cidade, dando àquele movimento amplitude nacional brasileira na data de 9 de julho e com a participação até de unidades da guarnição local do Exército e da Aeronáutica, esta com aviões seus sobrevoando o obelisco-mausoléu erguido no parque do Ibirapuera, onde aquelas desfilam ao lado de ex-combatentes de 1932 e de unidades da Polícia Militar do Estado, a sua antiga e tradicional Força Pública, o 20 de setembro voltava a ser comemorado no Rio Grande do Sul, aos poucos, fazendo justiça àqueles filhos seus que já em 1835 haviam sonhado com uma República Federativa brasileira e lutado, tudo sacrificando para implantá-la entre nós, o que somente em 1889 iríamos ter!

O ciclo farroupilha nunca fora esquecido de todo, mesmo na fase mais atuante da verdadeira "conspiração de silêncio" intencional pelos que, durante o Estado Novo, procuravam tirar do pedestal em que se encontrava BENTO GONÇALVES DA SILVA como principal líder do movimento de 1835. Há muito que se comemoravam os feitos farroupilhas anualmente e numa Semana Farroupilha, iniciada e terminada com uma concentração cívica ao lado de seu monumento equestre na praça Piratini, na ponte da Azenha. No entanto, somente após a vitória da Revolução de Março de 1964, ainda no governo estadual de Ildo Meneghetti, é que se daria a esta Semana Farroupilha características comemorativas mais amplas, inclusive com a participação das altas autoridades, graças ao Decreto n.º 4.850, de 11 de dezembro de 1964. Assim, visando prestar homenagem à memória dos heróis farroupilhas na citada Semana, entre 13 e 20 de setembro de todos os anos, dava-se à Brigada Militar do Estado, a sua Polícia Militar, o encargo de organizar e coordenar as comemorações e festividades na capital do Rio Grande do Sul, e nas quais deveriam tomar parte grupos escolares estaduais, unidades da mesma Brigada Militar e Centros de Tradições Gaúchas, além de entidades culturais e esportivas que o desejarem.

Iniciar-se-ia sempre a Semana Farroupilha com uma concentração junto ao monumento de BENTO GONÇALVES DA SILVA como já vinha sendo feito há muito e com a chegada lá da chamada "chama crioula" levada por um dos Centros de Tradições Gaúchas do interior, — cada vez de uma cidade historicamente ligada aos feitos ou às pessoas mais destacadas do movimento de 1835, — e sua entrega ritual a elementos da Brigada Militar que, com a mesma, acendiam a pira montada junto ao monumento. Aí permaneceria ardendo até ao término da Semana Farroupilha, em 20 de setembro, encerrada com um desfile de todas as unidades da Brigada Militar da área da capital e algumas trazidas do interior, piquetes montados e ajazados dos Centros de Tradições Gaúchas, além das representações das entidades desportistas previamente inscritas. Demonstrações com danças folclóricas gaúchas e sessões teatrais, bem como palestras sobre a efeméride e outras festividades comemorativas completam o calendário da referida Semana, cujo brilho tem aumentado de ano para ano.

Devemos ao 2.º governo estadual da Revolução de Março, o do coronel Euclides Triches, além de um cuidado todo especial em preservar tudo que constitui o patrimônio histórico e cultural sulriograndense e com a cooperação eficiente do Conselho de Educação e Cultura do Estado, sempre presente, as primeiras providências para a criação do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves em 1972, no município de Camaquã, na

antiga fazenda do Cristal e que pertencera ao líder farroupilha, bem como a instituição da “Medalha Bento Gonçalves” em 25 de março de 1973, por Decreto n.º 21.669. Destinada a expressar “o reconhecimento da comunidade sulriograndense a integrantes das Forças Armadas ou Polícias Militares que se hajam destacado pela bravura, honradez e alevantado patriotismo no desempenho de suas atribuições”, a medalha “evoca um dos mais excelsos paradigmas de altivez, desassombro e pertinácia que legou ao Brasil a República de Piratini, pois Bento Gonçalves da Silva, figura exponencial da epopéia farroupilha, escrita a ponta de lança na verde relva dos pampas, perenizou-se nas páginas mais cintilantes da nossa História como lídimo representante da índole e do caráter do gaúcho de todos os tempos”. E o primeiro a ser galardoado com a concessão da “Medalha Bento Gonçalves” seria o general Breno Borges Fortes, em 3 de maio de 1973, que no comando do III Exército, em Porto Alegre”, se revelara como um chefe que dera ao Rio Grande do Sul, sua terra natal, aquele clima de ordem, tranquilidade e segurança de que necessitava o governo estadual para levar avante o processo desenvolvimentista retomado lá após a Revolução de Março!!

Com a criação do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves na antiga estância do Cristal e que pertencera ao líder farroupilha e aos seus herdeiros imediatos, salvar-se-ia do completo esfacelamento a área que constituía a antiga sesmaria do Cristal e por cuja posse vinham demandando seus condôminos e último proprietário nominal desde 1914 no foro judiciário de Camaquã, demanda então conhecida como a da “Medição da Sesmaria do Cristal” e sobre a qual já nos referimos páginas atrás. Correspondera assim o governo estadual “às justas aspirações de quantos se preocupam com a preservação de valores cívicos e culturais que nos legou um passado rico em lances de heroísmo, dos quais é paradigma a figura do herói farroupilha cujo nome se pretende perpetuar”, considerando ser um “dever do Estado, por prescrição constitucional, ter sob a sua proteção as obras e documentos de valor histórico e artístico, bem como monumentos, paisagens e locais dotados de particular importância”, como era o caso específico da referida sesmaria. Em suas terras acham-se não apenas as ruínas da antiga sede da estância, a moradia de BENTO GONÇALVES DA SILVA, como também do pequeno estaleiro e arsenal construídos por Giuseppe Garibaldi para a criação e organização da frotilha farroupilha de seu comando. Situada cerca de 30 km da cidade de Camaquã, entre a BR-116 que vai de Porto Alegre a Pelotas e o curso sinuoso do rio Camaquã, esta área destinada ao Parque compreende aproximadamente 1.700 hectares. Nele deveria ser reconstituída ao lado do local original e das ruínas da antiga sede da estância, uma

réplica da mesma e de acordo com os dados que sobre ela se conhecem, destinada a um museu farroupilha. Criar-se-ia lá também uma estância modelo para cavalos crioulos. Um obelisco com mirante, um parador e áreas para “camping” estavam em cogitação. Providências foram tomadas para a limitação à industrialização na região, para não afetar o equilíbrio ecológico, proteção da flora e da fauna e delimitação de uma faixa de 2 km ao redor, como “área de segurança”. Para a construção do Parque dotou-se um orçamento plurianual no montante de 6 milhões de cruzeiros, distribuídos pelos anos de 1973, 1974 e 1975.

Uma Comissão de Estudos, Planejamento e Criação do Parque foi inicialmente instituída pelo Decreto n.º 21.624, de 28 de janeiro de 1972, presidida pelo Secretário de Turismo, Roberto Eduardo Xavier, e formada por representantes, respectivamente, da Casa Civil do Governador, da Secretaria de Educação e Cultura, da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, da Secretaria de Turismo, da Prefeitura Municipal de Camaquã e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, com o prazo de 80 dias, a partir de sua constituição efetiva, para a entrega do planejamento geral do Parque. Baseando-se em suas conclusões, o governo estadual, pelo Decreto n.º 21.906, de 11 de agosto do mesmo ano, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas pela mesma indicadas e segundo o levantamento de agosto de 1966 da sesmaria do Cristal, feito então pelo engenheiro Danilo Senger Ribeiro, posteriormente complementado e retificado pelo decreto do governo publicado no “Diário Oficial” do Estado de 11 de julho de 1973.

Efetivada a desapropriação e de acordo com a proposta para a efetivação das obras deste Parque aprovadas pelo Governo estadual, em fins de maio de 1974 pôde o governador Euclides Triches determinar o início das mesmas e das quais fora a Companhia Riograndense de Turismo encarregada de executá-las. Continuadas no 3.º governo estadual da Revolução de Março, o de Synval Guazzelli, que, através de seu Secretário de Turismo, Mário Ramos, deu todo apoio àquela iniciativa de seus antecessores, já em 20 de setembro de 1976 pôde ser inaugurada a 1.ª etapa do empreendimento, assinalando assim as comemorações da Semana Farroupilha de 1976. Nesta 1.ª etapa concluíram-se a réplica da sede da antiga estância, a “Casa de Bento Gonçalves”, da senzala, ajardinamentos, sanitários e rede elétrica, devendo serem executadas em fases posteriores o “camping”, churrasqueiras, “play-ground” e demais dependências constantes do projeto para o Parque.

Aguardado à entrada do pórtico principal do Parque General Bento Gonçalves pelo Secretário de Turismo, autoridades civis e militares estaduais e municipais e cerca de 600 cavalarianos dos

Centros Tradicionalistas Gaúchos de Camaquã, São Jerônimo, Tapes, Vacaria e Santo Antônio da Patrulha e um do Uruguai, o governador Synval Guazzelli procedeu ao ato de sua inauguração em solenidade que teve seu ponto alto na da "Casa de Bento Gonçalves" juntamente com o prefeito de Camaquã, Paulo Belchior Duarte, decerrando-se na mesma oportunidade uma placa com os seguintes dizeres: "Buscando no bronze a reconstrução da saga Farroupilha é entregue nesta data à comunidade gaúcha a Casa de Bento Gonçalves".

Coube ao vice-presidente da Câmara de Vereadores de Camaquã e um dos tataranetos de BENTO GONÇALVES DA SILVA, Fausto Centeno Crespo, fazer a saudação oficial às autoridades presentes, destacando as qualidades de cidadão, de militar e de político do líder farroupilha, cuja casa, onde viveu por longos anos estava sendo entregue ao público sulriograndense e à comunidade de Camaquã para a sua guarda. Mobiliada com móveis e utensílios da época, disporá de um Museu Farroupilha montado com a colaboração de todos os que lá se oferecerem para expor objetos relacionados com aquele movimento republicano-federativo temporária ou permanentemente.

Voltou pois Bento Gonçalves da Silva a ser lembrado em todos os momentos em que sua presença ressurgiu como protótipo da gente sulriograndense. Foi citado nominalmente nas comemorações havidas quando do sesquicentenário da batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, inclusive no Boletim especial alusivo à data, pelo general Fernando Belfort Bethlem, então comandante do III Exército e depois Ministro do Exército, lido no local onde se dera a peleja. Durante a solenidade da declaração dos novos aspirantes a oficiais da Brigada Militar sulina, a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 2 de julho de 1977, a Turma Bento Gonçalves, paraninfada pelo mesmo general Fernando Belfort Bethlem, este se referiu àquela escolha textualmente: "O patrono da turma, BENTO GONÇALVES, figura lendária no Rio Grande do Sul e no País, herói das batalhas de Sarandí e Passo do Rosário, um dos chefes da Revolução Farroupilha, encarnou bem o tipo sociológico do gaúcho, com sua vida agitada, nômade, de horizontes amplos, amante da liberdade e sempre pronto a dar a sua vida pela defesa de seu rincão, orgulhoso da responsabilidade que sempre lhe coube, de guardião e sentinela da Pátria".

Entretanto, voltariam alguns escritores e historiadores sulinos a pretenderem minimizar a personalidade de Bento Gonçalves e de outros líderes farroupilhas, à pretexto de desmistificá-los, aproveitando-se da acolhida que encontrariam na imprensa tanto de Porto Alegre como do interior do Estado, para afirmarem que a Revolução Farroupilha fora feita contra o povo, pelos estan-

cieiros e grandes latifundiários apenas, já que a mesma defendera a propriedade privada em toda sua plenitude e que, por isto, não tivera nenhuma característica "socialista". Outros, inclusive até um historiador, pretende que o que chama de endeusamento de personagens que lideraram o movimento por que se colocaram "ao lado dos interesses de uma determinada camada social e que lidera essa camada social em torno de um determinado objetivo", "se deve a maneira unilateral com que nos ensina a história ou seja, a história feita pelos heróis e não pelo povo". Até um destes historiadores chegaria a afirmar que "foi uma revolução de elite, feita por coronéis, donos de fazendas que não permitiram a participação de todos". Outro mais pretendera negar a existência dos famosos lanceiros negros farroupilhas, recrutados entre ex-escravos alforriados quando se apresentassem como combatentes voluntários. Falseando fatos que deveriam conhecer e que até mesmo haviam defendido antes em seus escritos e publicações, procurando assim que a nossa gente sulina, principalmente os mais jovens, esqueçam a memória de tudo que dignificou e exaltou a presença de Bento Gonçalves naquele período épico do nosso passado!

Mas, souberam os representantes do povo sulriograndense, os deputados estaduais, tanto os situacionistas como os da oposição, na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, unanimemente e durante as comemorações da Semana Farroupilha de 1979, exaltarem condignamente a pessoa de Bento Gonçalves em seus pronunciamentos sucessivos, quando da inauguração de um busto do líder de 1835 à entrada do Palácio Farroupilha, o da Assembléia, obra do ex-deputado Bruno Segália, de Caxias do Sul, em cujo pedestal de granito se gravaram palavras do homenageado: "Na defesa da liberdade estamos dispostos a fazer os últimos sacrifícios".

Na oportunidade o deputado Romildo Bolzan, opositorista, do então MDB gaúcho, declarara que "a Revolução Farroupilha não foi simples movimento separatista opondo-se ao desmando autoritário. Reclamamos aqui para se fazer justiça aos farroupilhas, o merecido título de precursores da República; o título justo de verdadeiros gaúchos, autênticos brasileiros".

Recentemente, na sala ocupada pela Casa Militar, no Palácio Piratini, na sede do Governo do Estado, em Porto Alegre, presentes o Governador e todo o seu Secretariado, bem como todos os oficiais lá em serviço da tradicional Brigada Militar, designação até hoje conservada para a Polícia Militar sulina, como já nos referimos, inaugurar-se-ia também um busto de Bento Gonçalves, o respectivo patrono!

E é por tudo isso que os novos detratores de Bento Gonçalves jamais conseguirão apagar o nome deste líder farroupilha,

a não ser promovendo um grande auto de fé igual ao dos tempos da Inquisição, para destruírem pelo fogo todos os livros existentes em nossas bibliotecas e livrarias, que tratam direta ou mesmo indiretamente daquele decênio épico!

Esperemos pois, que aqui em São Paulo, também, se comemore de maneira condigna o próximo cinquentenário de sua epopéia, a da Revolução Constitucionalista de 1932, relembrando assim todos os feitos e sacrifícios da gente paulista!



Rev. Inst. Hist. Geog. São Paulo
LXXVII

A SOCIEDADE DOS PATRIARCAS INVISÍVEIS E A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

Brasil Bandecchi

Aluísio de Almeida, em seu livro *A Revolução Liberal de 1842*, logo no primeiro capítulo, ao tratar dos chefes liberais paulistas, põe em destaque a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, organização secreta de âmbito nacional, cujo presidente era o Senador José Martiniano de Alencar. Seus membros eram os mesmos que em organização secreta, sob a mesma presidência, tramaram a emancipação política do menino Pedro de Alcântara, acionando o Clube Maiorista.

Os liberais que agitaram a opinião pública, dominaram o Congresso e conseguiram, com Antônio Carlos à frente, dar o golpe inconstitucional de 23 de julho de 1840, declarando D. Pedro maior, viram frustrados os seus planos quando, com a ascensão dos conservadores, em 23 de março de 1841, começou a reação contra as conquistas liberais, movimento denominado de "Regresso". Duas leis caracterizavam o "regressismo", ambas de 1841: a que criou o Conselho de Estado (23 de novembro) e a que reformou o Código de Processo Criminal (3 de dezembro).

Os liberais, vencidos no Parlamento, saíram a campo, combatendo essas leis e os conservadores.

Otávio Tarquínio de Sousa em sua obra *Diogo Antonio Feijó* (Rio, 1942, p. 293), escreve:

"Na Corte, visando de preferência as províncias, um clube dirigido por Limpo de Abreu e Teófilo Otoni pôs-se a trabalhar por todos os meios, agitando a opinião pública e procurando intimidar o governo com a ameaça de um desfecho violento."

Mas que clube seria esse que o consagrado historiador, nomeia tão vagamente e lhe dá atividade de grande significação?

O livro de Tarquínio de Sousa é de 1942 e o de Aluísio de Almeida de 1944, o que nos leva a crer que o biógrafo de Feijó não conhecia a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis ou, se conhe-

cia, não dispunha de maiores elementos sobre ela, o que o fez tratá-la com certo laconismo, sem se referir a Alencar.

Afonso de Taunay, na sua *História da Cidade de São Paulo sob o Império* (São Paulo, 1977, Vol. VI, ps. 43 e sgts.) trata da Sociedade baseado exclusivamente em Aluísio de Almeida.

Aluísio fala, com segurança, da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cuja finalidade era defender a independência do Brasil, a Constituição e opor-se às arbitrariedades do governo. E se propunha a ajudar o Corpo Legislativo por palavras escritas, censurando pela mesma maneira os atos inconstitucionais do governo e seus empregados, opondo-lhes resistência e promovendo a união entre todos os brasileiros, explanando quando possível os obstáculos correntes (p. 31).

Definidos seus objetivos, passemos à sua organização. A cúpula, ou seja, o Conselho Patriarcal Central, sediava-se na Corte e dele partia a orientação para todo o Brasil, onde a organização possuía, nas províncias, Conselhos e, nas vilas, Círculos. Desta forma, a orientação ia do Conselho Central para os provinciais e dos provinciais para os Círculos. E, o que era fundamental, "nenhum membro do Conselho ou Círculo será conhecido como tal, fora do Conselho ou Círculo que fundar ou for encarregado de dirigir."

Taunay transcreve em sua obra citada que "a modalidade das sociedades secretas para dirigir movimentos liberais obedecia a uma necessidade estratégica. Os fins da sociedade eram públicos e, em grande parte os meios. O que ficava em segredo eram as pessoas e seus atos perigosos, passíveis de penas ou empecilhos da polícia. Vitoriosa ou vencida a idéia, acabava-se o clube, para ressurgir de outra forma. E vinham a público os estatutos" (p. 44).

Foi da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis que partiram ordens para o Movimento Liberal de São Paulo e Minas, em 1842.

Podemos, agora, ligar o nome do Clube referido por Otávio Tarquínio de Souza ao movimento liberal, quando Aluísio de Almeida informa que "Teófilo Otoni, conhecido maçom e prócer de 1842, escreveu que do quartel-general dos Patriarcas Invisíveis partiu a ordem de rebelião para as províncias" (ob. cit. p. 32). Assertiva esta que encontra sólido apoio no discurso que Paulino Soares de Souza, então Ministro da Justiça e futuro Visconde do Uruguai, pronunciou em 1843 na Câmara dos Deputados:

"O Governo tinha a convicção moral que nesta Corte se conspirava, que dela tinham saído emissários e armamento para diversos pontos, e de que nela existia, embora já desfalcado de alguns membros importantes, o clube diretor da revolução. Essa convicção moral foi depois amplamente justificada pelos processos que se formaram em Areias, nesta Corte e na Província

de São Paulo, e pelo descobrimento da sociedade secreta denominada dos Patriarcas Invisíveis."

Não há dúvida que Antônio Carlos e Martim Francisco, destacados maioristas, pertenceram à organização e só não tomaram parte no Movimento Liberal de 1842, porque nele se encontrava Feijó, do qual Martim Francisco era inimigo figadal.

Quando Antônio Carlos tentou conciliá-los, Martim retrucou: — Mano, comigo só se briga uma vez!

Essa inimizade vinha de longe. Ligava-se à execução do Chaguinhas (Francisco Jesus das Chagas) em 20 de setembro de 1821.

Conta a história que os soldados do Primeiro Batalhão de Caçadores da Cidade de Santos há cinco anos não recebiam seus ordenados e, por essa razão, rebelaram-se, sendo os cabeças do motim o Chaguinhas e Joaquim José Cotindiba. Como tal foram julgados e condenados à morte. A execução foi no Largo da Força, em São Paulo, no hoje desfigurado Largo da Liberdade, em frente à igreja que lá se encontra na esquina do largo com a avenida deste último nome, igreja que depois de reformada ficou sendo uma das mais feias do mundo.

O povo, como em tais casos acontece, estava presente ao ato. O primeiro a ser enforcado foi Cotindiba. Chegou a vez do Chaguinhas. O carrasco preparou o laço e deu a volta fatal no seu pescoço... E quando seu corpo soltou-se no ar para ficar pendurado e provocar a asfixia, a corda partiu-se. O carrasco ficou desapontado e o povo emocionado. A operação repetiu-se por duas vezes e por duas vezes a corda arrebenta. Nessa altura, todos acreditavam na inocência do Chaguinhas, pois a mão de Deus, por três vezes, impediu que ele morresse. Dependia do governo o perdão. O governo não perdoou por não acreditar que Deus estivesse protegendo um subversivo. E o carrasco, tomando emprestado a um tropeiro um laço de couro, executou o Chaguinhas.

Martim Francisco era, na época, governo em São Paulo e mais tarde Feijó narrou, na Câmara, o fato, acusando-o.

Nunca mais se falaram. Daí a ausência dos dois Andradas no Movimento de 1842. E, note-se, que Antônio Carlos era amigo íntimo de Feijó.

A presença de grande número de maçons na Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, não quer dizer que ela fosse maçônica.

À Sociedade pertenciam, em São Paulo, além dos Andradas, Rafael Tobias de Aguiar, Álvares Machado, Hércules Florence, João Floriano de Toledo, Amaral Gurgel, Padre Valério Alvarenga, Major Francisco de Castro Canto e Melo (irmão da Marquesa de Santos), Coronel José Joaquim de Lacerda, Tristão de Abreu Rangel, José Rodrigues Leite, Padre Manoel José de Franca, Paulino Aires

de Aguirra, Gabriel Rodrigues dos Santos e Joaquim Antônio Pinto Júnior.

O Brigadeiro Tobias, nesse ano de 1842, casar-se-ia, com a Marquesa de Santos, em Sorocaba, em pleno movimento revolucionário, em casa de Dona Gertrudes, mãe do noivo. Feijó foi uma das testemunhas do ato.

Irmã do liberal Major Francisco de Castro Canto e Melo, esposa do liberal Tobias de Aguiar, a Marquesa de Santos, que vivera com D. Pedro à época em que ele também agia como um liberal, principalmente quando se fazia a independência do Brasil, só via um caminho político, o do liberalismo. E foi o que seguiu, principalmente depois que contraiu matrimônio com o Tobias de Aguiar.

Com a morte do Brigadeiro, em 1857, não temos dúvida em afirmar que ela foi figura do maior destaque do liberalismo paulista, assumindo o lugar do esposo. E nesta escola continuou a educação dos filhos.

Almeida Nogueira (*Tradições e Reminiscências*, 1.^a série) informa que João Tobias de Aguiar e Castro, um dos filhos da Marquesa com o Brigadeiro, “seguinto a tradição do seu venerando pai, militou ele, a princípio, no partido liberal; e por este foi eleito deputado à Assembléia Provincial nos biênios de 1862-63, 1864-65 e 1866-67.”

Logo depois ingressava nas fileiras republicanas e foi membro proeminente da Convenção de Itú, bem como fez parte da Comissão Permanente do Congresso Republicano de São Paulo, ao lado de João Tibiriçá Piratininga, Américo de Campos, Campos Sales, Martinho Prado Júnior, Antônio Augusto da Fonseca e Américo Brasiliense.

Da mesma forma que seu marido, irmão e filhos não eram estranhos às sociedades secretas, a Marquesa também não o era. Teria mesmo pertencido aos quadros de uma loja de adoção (loja de mulheres), a Sete de Setembro, que havia em São Paulo, no século passado.

Pires de Almeida, citado por Alberto Rangel em seu livro *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos* (São Paulo, 1969, 3.^a ed. p. 259), testemunha que assistiu a uma sessão magna da maçonaria presidida honorariamente pela Marquesa, assessorada pelos vigilantes Clemente Falcão Filho e João Teodoro Xavier, professores da Faculdade de Direito de São Paulo. O venerável era o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, que viria a ser diretor do mesmo estabelecimento de ensino superior.

A informação tal como se encontra na referida obra está um tanto confusa, pois que a Marquesa não foi iniciada na maçonaria pelo “régio amante”; no Rio não havia nos anos da Independência loja de adoção e D. Domitila, pelos nomes citados,

só pode ter sido iniciada em São Paulo. Acresce que a “sessão magna por ela *honorariamente* (grifo nosso) presidida”, não o era *efetivamente*, o que, assim mesmo, causa uma certa estranheza.

Aos funerais da Marquesa bem como à encomendação, na Igreja do Carmo, compareceu o maçom Saldanha Marinho, então presidente da Província e futuro signatário, entre tantos nomes ilustres, do Manifesto Republicano de 1870.

Vê-se, pelo que ficou dito, que o Movimento Liberal de 1842, além dos aspectos políticos aparentes, tem todo uma tectura oculta, cujo fio pudemos puxar graças aos importantes informes do incansável e criterioso historiador Padre Aluísio de Almeida.

OS QUE PARTIRAM

Necrológio dos sócios falecidos no ano social, proferido na sessão solene de 22 de outubro de 1980.

Mário Savelli

Encerra-se hoje minha função de intérprete na tribuna do sentir desta casa de estudo e cordialidade com a mais amarga missão de nossa pauta oficial: lembrar os confrades que — deixando com seu exemplo um rasto de luz para a Eternidade, no ano de trabalho que hoje termina, partiram.

Consola-nos a assertiva de Guimarães Rosa, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras — estranha premonição do desaparecimento próximo do Mestre inconfundível de Sagarana: — “as pessoas não morrem, encantam-se”.

Aceito-a como sedutora e, sobretudo, confortadora imagem literária. E, assim, nossos pares queridos, que, para sempre, se foram, continuam, encantados, pelo elo mirificador da saudade e da evocação, sentimentalmente, a encantar-nos, como o faziam de forma objetiva durante suas proficuas vidas pelo fulgor intelectual e nobre proceder.

Quinze lidadores de nossa lida nos deixaram.

Pronuncio-lhes, dorida e reverentemente, os nomes:

Sócios Eméritos

- Carlos Borges Schmidt
- Goffredo Teixeira da Silva Telles
- Jorge Bertolaso Stella
- José de Oliveira Orlandi

Sócios Titulares

- Fernando Ferreira de Góes
- Gabriel Marques